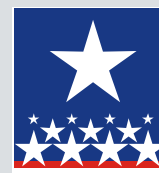




ESTADO DO MARANHÃO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO  
**DIÁRIO DA ASSEMBLEIA**



A Casa do Povo

ANO XXXVII - Nº 009 - SÃO LUÍS, SEGUNDA-FEIRA, 08 DE FEVEREIRO DE 2010. EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS  
4.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

|                            |                                     |
|----------------------------|-------------------------------------|
| RELAÇÃO DE ORADORES.....04 | INDICAÇÃO .....06                   |
| ORDEM DO DIA .....04       | RESUMO DA ATA .....17               |
| PAUTA .....05              | ATAS .....17                        |
| SESSÃO ORDINÁRIA .....05   | SESSÃO SOLENE .....22               |
| MENSAGEM .....05           | LEI N.º 9.118 DE 03/02/2010 .....25 |
| MEDIDA PROVISÓRIA .....06  | RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA .....25    |
| REQUERIMENTO .....06       | PARECER .....25                     |
|                            | OFÍCIO .....26                      |

**MESA DIRETORA**

Deputado Marcelo Tavares (PSB)

Presidente

- |   |  |
|---|--|
| 1.º Vice-Presidente: Deputado Camilo Figueiredo (PDT) | 1.º Secretário: Deputado Antônio Pereira (DEM) |
| 2.º Vice-Presidente: Deputado Hélio Soares (PP)       | 2.º Secretário: Deputado Valdinar Barros (PT)  |
| 3.º Vice-Presidente: Deputado Victor Mendes (PV)      | 3.º Secretário: Deputado Stênio Rezende (PMDB) |
| 4.º Vice-Presidente: Deputado Rigo Teles (PV)         | 4.º Secretário: Deputado Marcos Caldas (PRB)   |

**BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO**  
PSDB - PDT - PSB - PT - PTC - PSC - PSL - PHS - PPS - PCdoB

- |                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| 1. Deputado Camilo Figueiredo (PDT) | 9. Deputada Helena Barros Heluy (PT)       |
| 2. Deputado Chico Leitoa (PDT)      | 10. Deputado Irmão Carlos (PSDB)           |
| 3. Deputada Cleide Coutinho (PSB)   | 11. Deputado João Evangelista (PSDB)       |
| 4. Deputado Domingos Paz (PSB)      | 12. Deputado Marcelo Tavares (PSB)         |
| 5. Deputado Edivaldo Holanda (PTC)  | 13. Deputado Pavão Filho (PDT)             |
| 6. Deputada Eliziane Gama (PPS)     | 14. Deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB) |
| 7. Deputada Gardênia Castelo (PSDB) | 15. Deputado Valdinar Barros (PT)          |
| 8. Deputada Graça Paz (PDT)         |  |

Líder

Deputado Edivaldo Holanda

Vice-Líderes

Deputado Penaldon Jorge  
Deputada Gardênia Castelo  
Deputado Rubens Pereira Júnior

**BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD**  
DEM - PMDB - PP - PV - PTB

- |   |   |
|---|---|
| 1. Deputado Afonso Manoel (PMDB)          | 13. Deputada Janice Braide (PTB)          |
| 2. Deputado Alberto Franco (PMDB)         | 14. Deputado João Batista (PP)            |
| 3. Deputado Antônio Bacelar (PV)          | 15. Deputado Joaquim Nagib Haickel (PMDB) |
| 4. Deputado Antônio Pereira (DEM)         | 16. Deputado José Lima (PV)               |
| 5. Deputado Arnaldo Melo (PMDB)           | 17. Deputado Jura Filho (PMDB)            |
| 6. Deputado Carlos Alberto Milhomem (DEM) | 18. Deputado Manoel Ribeiro (PTB)         |
| 7. Deputado Carlos Braide (PMDB)          | 19. Deputada Márcia Marinho (PMDB)        |
| 8. Deputado Carlos Filho (PV)             | 20. Deputado Rigo Teles (PV)              |
| 9. Deputado Fábio Braga (PMDB)            | 21. Deputado Stênio Resende (PMDB)        |
| 10. Deputada Fátima Vieira (PP)           | 22. Deputado Valdevino Cabral (PV)        |
| 11. Deputado Francisco Gomes (DEM)        | 23. Deputado Victor Mendes (PV)           |
| 12. Deputado Hélio Soares (PP)            |   |

Líder

Deputado Carlos Alberto Milhomem

Vice-Líderes

Deputado Joaquim Nagib Haickel  
Deputado Manoel Ribeiro  
Deputado João Batista

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Líder

Deputado Francisco Gomes

**PRB**

1. Deputado Marcos Caldas (PRB)

**PSL**

1. Deputado Nonato Aragão (PSL)

**PSC**

1. Deputado Penaldon Jorge (PSC)

**PHS**

1. Deputado Paulo Neto (PHS)

**LICENCIADOS**

Deputado Raimundo Cutrim  
Deputado Ricardo Murad  
Deputado César Pires  
Deputado Fufuca Dantas  
Deputado Roberto Costa  
Deputado Max Barros



## COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

### I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

| <u>Titulares</u>                            | <u>Suplentes</u>         |   |
|---|--------------------------|---|
| Deputado Rubens Júnior - PRESIDENTE         | Deputada Cleide Coutinho | <b>REUNIÃO</b><br>Terças-Feiras às 08:30h<br>Glacimar Fernandes Sampaio<br>Secretária |
| Deputado Edivaldo Holanda - VICE-PRESIDENTE | Deputado Penaldon Jorge  |   |
| Deputado Pavão Filho                        | Deputado Carlos Braide   |   |
| Deputado Carlos Alberto Milhomem            | Deputado Jura Filho      |   |
| Deputado Joaquim Nagib Haickel              | Deputado Francisco Gomes |   |

### II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização

| <u>Titulares</u>                      | <u>Suplentes</u>               |  |
|---------------------------------------|--------------------------------|--|
| Deputada Cleide Coutinho - PRESIDENTE | Deputado José Lima             | <b>REUNIÃO</b><br>Terças-Feiras às 08:00h<br>Regina Maria de Paula Verde<br>Secretária |
| Deputada Graça Paz - VICE-PRESIDENTE  | Deputado Arnaldo Melo          |  |
| Deputado Carlos Braide                | Deputado Valdevino Cabral      |  |
| Deputado Jura Filho                   | Deputado Joaquim Nagib Haickel |  |
| Deputado Carlos Filho                 |                                |  |

### III - Comissão de Política Agrária, Produção e Desenvolvimento Sustentável

| <u>Titulares</u>                        | <u>Suplentes</u>       |   |
|---|------------------------|---|
| Deputado Francisco Gomes - PRESIDENTE   | Deputado Carlos Braide | <b>REUNIÃO</b><br>Segundas-Feiras às 15:00h<br>Valdenise Fernandes Dias<br>Secretária |
| Deputado João Batista - VICE-PRESIDENTE | Deputado Jura Filho    |   |
| Deputado Edivaldo Holanda               | Deputado Carlos Filho  |   |
| Deputado José Lima                      |                        |   |
| Deputado Paulo Neto                     |                        |   |

### IV - Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto

| <u>Titulares</u>                            | <u>Suplentes</u>               |   |
|---|--------------------------------|---|
| Deputado Pavão Filho - PRESIDENTE           | Deputado Alberto Franco        | <b>REUNIÃO</b><br>Quintas-Feiras às 08:30h<br>Maria das Dores Pinto Magalhães<br>Secretária |
| Deputada Gardênia Castelo - VICE-PRESIDENTE | Deputado Antonio Bacelar       |   |
| Deputado José Lima                          | Deputado Afonso Manoel         |   |
| Deputado Fábio Braga                        | Deputado Joaquim Nagib Haickel |   |
| Deputado Manoel Ribeiro                     | Deputado Valdevino Cabral      |   |

### V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública

| <u>Titulares</u>                            | <u>Suplentes</u>                 |  |
|---|----------------------------------|--|
| Deputado Antônio Bacelar - PRESIDENTE       | Deputado Penaldon Jorge          | <b>REUNIÃO</b><br>Terças-Feiras às 08:00h<br>Lucimar Ribeiro de Melo<br>Secretária |
| Deputada Gardênia Castelo - VICE-PRESIDENTE |                                  |  |
| Deputado João Batista                       |                                  |  |
| Deputado Manoel Ribeiro                     | Deputada Helena Barros Heluy     |  |
|   | Deputado Carlos Alberto Milhomem |  |

### VI - Comissão de Saúde

| <u>Titulares</u>                           | <u>Suplentes</u>          |   |
|--|---------------------------|---|
| Deputado Arnaldo Melo - PRESIDENTE         | Deputado Afonso Manoel    | <b>REUNIÃO</b><br>Quartas-Feiras às 08:30h<br>Silva Teresa Nogueira Marques<br>Secretária |
| Deputada Cleide Coutinho - VICE-PRESIDENTE | Deputada Gardênia Castelo |   |
| Deputado João Evangelista                  | Deputado Alberto Franco   |   |
| Deputada Fátima Vieira                     | Deputada Janice Braide    |   |
| Deputada Márcia Marinho                    | Deputado Carlos Filho     |   |

### VII - Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional

| <u>Titulares</u>                                 | <u>Suplentes</u>         |  |
|--|--------------------------|--|
| Deputado Carlos Filho - PRESIDENTE               | Deputado Paulo Neto      | <b>REUNIÃO</b><br>Quartas-Feiras às 08:00h<br>Elizabeth Rocha Lisboa Ribeiro<br>Secretária |
| Deputado Joaquim Nagib Haickel - VICE-PRESIDENTE | Deputado Alberto Franco  |  |
| Deputado Carlos Braide                           | Deputado Antonio Bacelar |  |
| Deputado Penaldon Jorge                          | Deputada Fátima Vieira   |  |
| Deputado José Lima                               | Deputada Janice Braide   |  |

### VIII - Comissão de Defesa do Consumidor

| <u>Titulares</u>                         | <u>Suplentes</u>         |   |
|--|--------------------------|---|
| Deputado Nonato Aragão - PRESIDENTE      | Deputada Cleide Coutinho | <b>REUNIÃO</b><br>Quartas-Feiras às 08:30h<br>Silvana Roberta Almeida<br>Secretária |
| Deputada Fátima Vieira - VICE-PRESIDENTE | Deputada Eliziane Gama   |   |
| Deputado Joaquim Nagib Haickel           | Deputado Carlos Filho    |   |
| Deputada Graça Paz                       | Deputado Jura Filho      |   |
| Deputado Alberto Franco                  |                          |   |

### IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos

| <u>Titulares</u>                               | <u>Suplentes</u>          |   |
|--|---------------------------|---|
| Deputada Eliziane Gama - PRESIDENTE            | Deputada Gardênia Castelo | <b>REUNIÃO</b><br>Quintas-Feiras às 08:30h<br>Leilemar Vieira Ribeiro<br>Secretária |
| Deputada Helena Barros Heluy - VICE-PRESIDENTE |                           |   |
| Deputada Fátima Vieira                         | Deputada Graça Paz        |   |
| Deputado João Batista                          | Deputado Jura Filho       |   |
|  | Deputado Francisco Gomes  |   |

**X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação**Titulares

Deputada Fátima Vieira - PRESIDENTE  
 Deputado Nonato Aragão - VICE-PRESIDENTE  
 Deputado Afonso Manoel  
 Deputado Valdevino Cabral  
 Deputado Carlos Braide

Suplentes

Deputado Antonio Bacelar  
 Deputado Arnaldo Melo  
 Deputado João Evangelista  
 Deputado Jura Filho  
 Deputado Fábio Braga

**REUNIÃO**  
 Terças-Feiras às 08:30h  
 Dulcimar Cutrim Fonseca  
 Secretária

**XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas e Energia**Titulares

Deputado Alberto Franco - PRESIDENTE  
 Deputado Antônio Bacelar - VICE-PRESIDENTE  
 Deputado Penaldon Jorge  
 Deputado Jura Filho  
 Deputado Joaquim Nagib Haickel

Suplentes

Deputado Rubens Júnior  
 Deputada Cleide Coutinho  
 Deputada Janice Braide  
 Deputado Francisco Gomes

**REUNIÃO**  
 Terças-Feiras às 08:30h  
 Eunes Maria Borges Santos  
 Secretária

**XII - Comissão de Ética**Titulares

Deputado Pavão Filho - PRESIDENTE  
 Deputado José Lima - VICE-PRESIDENTE  
 Deputado Carlos Alberto Milhomem  
 Deputado Francisco Gomes

Suplentes

Deputada Graça Paz  
 Deputado Penaldon Jorge  
 Deputado Arnaldo Melo  
 Deputado Joaquim Nagib Haickel  
 Deputada Márcia Marinho

**REUNIÃO**  
 Quartas-Feiras às 08:30h  
 Célia Pimentel  
 Secretária

**XIII - Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo**Titulares

Deputado Joaquim Nagib Haickel - PRESIDENTE  
 Deputado João Evangelista  
 Deputado Afonso Manoel  
 Deputado Manoel Ribeiro

Suplentes

Deputado Pavão Filho  
 Deputado Carlos Alberto Milhomem  
 Deputada Janice Braide

**REUNIÃO**  
 Quintas-Feiras às 08:30h  
 Lúcia Maria Oliveira Furtado  
 Secretária

**XIV - Comissão de Legislação Participativa**Titulares

Deputado Penaldon Jorge - PRESIDENTE  
 Deputado Antonio Bacelar  
 Deputado Manoel Ribeiro  
 Deputado Carlos Filho

Suplentes

Deputado João Evangelista  
 Deputado Paulo Neto  
 Deputado Rubens Júnior  
 Deputado Valdevino Cabral  
 Deputado Fábio Braga

**REUNIÃO**  
 Quintas-Feiras às 08:30h  
 Vera Lúcia Teixeira e Sousa  
 Secretária

**XV - Comissão de Previdência, Assistência Social e da Família**Titulares

Deputada Graça Paz - PRESIDENTE  
 Deputada Janice Braide  
 Deputado Valdevino Cabral

Suplentes

Deputado José Lima  
 Deputado Afonso Manoel  
 Deputada Eliziane Gama  
 Deputado João Batista  
 Deputado Carlos Filho

**REUNIÃO**  
 Quartas-Feiras às 08:30h  
 Leibe Prazeres Barros  
 Secretária

**XVI - Comissão de Segurança Pública e Cidadania**Titulares

Deputado João Batista - PRESIDENTE  
 Deputado Francisco Gomes - VICE-PRESIDENTE  
 Deputada Helena Barros Heluy  
 Deputado Nonato Aragão  
 Deputado Chico Leitoa

Suplentes

Deputado José Lima  
 Deputado Rubens Júnior  
 Deputado Carlos Braide  
 Deputado Carlos Alberto Milhomem  
 Deputada Fátima Vieira

**REUNIÃO**  
 Quartas-Feiras às 08:30h  
 Iranise Lemos de Castro  
 Secretária

**XVII - Comissão da Infância, Juventude e Idoso**Titulares

Deputada Eliziane Gama - PRESIDENTE  
 Deputado Rubens Pereira Jr. - VICE-PRESIDENTE  
 Deputado Afonso Manoel  
 Deputado Carlos Filho  
 Deputada Janice Braide

Suplentes

Deputada Helena Barros Heluy  
 Deputado João Evangelista  
 Deputado Pavão Filho  
 Deputado Manoel Ribeiro  
 Deputado João Batista

**REUNIÃO**  
 Quartas-Feiras às 08:30h  
 Maria Helena Bandeira de Melo Tribuzi  
 Secretária

**XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**Titulares

Deputada Eliziane Gama - VICE-PRESIDENTE  
 Deputada Helena Barros Heluy  
 Deputado Carlos Alberto Milhomem  
 Deputada Fátima Vieira

Suplentes

Deputado Pavão Filho  
 Deputada Graça Paz  
 Deputado Francisco Gomes  
 Deputada Janice Braide

**REUNIÃO**  
 Quartas-Feiras às 08:30h  
 Antonia Andrade  
 Secretária



SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 08/02/2010 - 2ª FEIRA

**GRANDE EXPEDIENTE**

1.º ORADOR (A) - 30 MINUTOS

**TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES**

1. BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 28 MINUTOS
2. BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 32 MINUTOS

**ORDEM DO DIA**

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 08.02.2010 – SEGUNDA-FEIRA

**I – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO,**

**1º TURNO – VOTAÇÃO NOMINAL (§ 1º - Art. 255 DO R. L.)**

**1. PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 005/08, DE AUTORIA DO DEPUTADO RUBENS PEREIRA JUNIOR, QUE ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 68, DO CAPÍTULO X DO TÍTULO VIII, BEM COMO DOS ARTIGOS 252 E 253 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA FORMA QUE ESPECIFICA. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL. RELATOR DEPUTADO VICTOR MENDES. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.**

**II - PARECERES EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM REDAÇÃO FINAL - ÚNICO TURNO**

**1. PARECER Nº 338/2009, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, EM REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 050/2009, DE AUTORIA DO DEPUTADO PAVÃO FILHO, QUE DETERMINA A IMPRESSÃO DE FOTOS COM MENSAGENS IDENTIFICADORAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDAS NAS CONTAS DE ÁGUA/ ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO MARANHÃO – RELATOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.**

**2. PARECER Nº 339/2009, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, EM REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 005/2009, DE AUTORIA DO DEPUTADO PAVÃO FILHO, QUE DETERMINA QUE AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DO MARANHÃO ADOTEM COMO CARGA HORÁRIA VÁLIDA PARA ESTÁGIO DOS SEUS CURSOS DE LICENCIATURA O TRABALHO EM CURSOS POPULARES DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS – RELATOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.**

**3. PARECER Nº 340/2009, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, EM REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 086/2009, DE AUTORIA DO DEPUTADO PAVÃO FILHO, QUE OBRIGA AS EMPRESAS DE ÔNIBUS CONCESSIONÁRIAS DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAL, NO ESTADO DO MARANHÃO A TEREM GPS E CÂMERAS DE VÍDEO – RELATOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO**

**ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.**

**III – REQUERIMENTOS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO**

**1. REQUERIMENTO Nº 436/2009, DE AUTORIA DO DEPUTADO JOAQUIM NAGIB HAICKEL, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA ENCAMINHADA MENSAGEM REPÚDIO ÀS EMPRESAS DE TELEFONIA CELULAR TIM, OI, VIVO E CLARO, PELA MANEIRA IRRESPONSÁVEL E DESATENCIOSA COM QUE PRESTAM ESSE SERVIÇO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.**

**2. REQUERIMENTO Nº 441/2009, DE AUTORIA DO DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA DISCUTIDO E VOTADO EM REGIME DE URGÊNCIA, EM UMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, LOGO APÓS A PRESENTE SESSÃO, OS SEQUINTE PROJOTOS DE LEI: NºS. 120/2009, 253/2009, 254/2009, 255/2009, 256/2009 E 257/2009, TODOS DE SUA AUTORIA. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.**

**3. REQUERIMENTO Nº 001/2010, DE AUTORIA DO DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA REALIZADA UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO PLENÁRIO OU NO AUDITÓRIO, DESTE PODER, EM DATA A SER DEFINIDA PELA MESA DIRETORA, COM O OBJETIVO DE CONHECER, DISCUTIR E OFERECER SUBSÍDIOS AO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA REFINARIA DE PETRÓLEO, NO MARANHÃO. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.**

**4. REQUERIMENTO Nº 004/2010, DE AUTORIA DO DEPUTADO PAVÃO FILHO, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA REALIZADA UMA SESSÃO ESPECIAL, NO DIA 09 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 11:00 HORAS, NO PLENÁRIO DESTE PODER, PARA HOMENAGEAR A TODOS OS SERVIDORES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DO SINDSALEM – SINDICATO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO, EM COMEMORAÇÃO AO SEU ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.**

**5. REQUERIMENTO Nº 005/2010, DE AUTORIA DO DEPUTADO PAVÃO FILHO, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA ENCAMINHADA MENSAGEM DE CONGRATULAÇÕES AO TENENTE CORONEL FRANCISCO JEFERSON ARAÚJO TELES, PARABENIZANDO-O PELA SUA ESCOLHA PARA O COMANDO DO POLICIAMENTO METROPOLITANO DE SÃO LUÍS, OCORRIDO NO DIA 26 DE JANEIRO DE 2010. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.**

**6. REQUERIMENTO Nº 006/2010, DE AUTORIA DO DEPUTADO PAVÃO FILHO, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA ENCAMINHADA MENSAGEM DE CONGRATULAÇÕES AO NOVO DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA, PARABENIZANDO-O PELA SUA ESCOLHA PARA O CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, PELO CONHECIMENTO, COMPETÊNCIA E SERIEDADE QUE**



TANTO CONTRIBUEM PARA MAGISTRATURA MARANHENSE.

#### IV – REQUERIMENTOS À DELIBERAÇÃO DA MESA

**1. REQUERIMENTO Nº 003/2010, DE AUTORIA DO DEPUTADO PAULO NETO, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJAM CONCEDIDOS 15 (QUINZE) DIAS, DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME ATESTADO MÉDICO. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA ANTERIOR POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.**

**2. REQUERIMENTO Nº 007/2010, DE AUTORIA DO DEPUTADO ALBERTO FRANCO, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA LIDO, PÚBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL E INSERIDO NOS ANAIS DA CASA, MANIFESTO DE APOIO DOS SENHORES PARLAMENTARES ESTADUAIS MARANHENSES À FUNDAÇÃO JOSÉ SARNEY – PATRIMÔNIO CULTURAL DO MARANHÃO E DO BRASIL, QUE PASSOU A SER OBJETO DE CAMPANHA INSIDIOSA DE DIFAMAÇÃO POR PARTE DE GRUPOS INTERESSADOS NAS DISPUTAS ELEITORAIS, CULMINANDO COM A NOTÍCIA DO SEU FECHAMENTO, OCASIONADO PELO NATURAL REFLUXO DAS DOAÇÕES QUE A MANTINHAM EM FUNCIONAMENTO.**

#### PAUTA DE PROPOSTA PARA RECEBIMENTO DE EMENDA

**DATA: 08/02/10 - SEGUNDA-FEIRA:**

##### **ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:**

**1. PROJETO DE LEI Nº 006/10**, de autoria do Senhor Deputado João Evangelista, que considera de Utilidade Pública, a Associação de Agricultores do Assentamento de Cardina – AAAC, com sede e foro em Bacuri-MA.

##### **ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:**

**1. PROJETO DE LEI Nº 004/010**, de autoria do Senhor Deputado Arnaldo Melo, que considera de Utilidade Pública, a Obra Social Nossa Senhora da Glória – Fazenda esperança, com sede e foro em Guaratinguetá-SP, e com Unidade de Prestação de Serviços situada a Travessa Oscar Janssen, 158 – Centro no município de Coroatá-MA.

**2. PROJETO DE LEI Nº 005/010**, de autoria do Senhor Deputado Arnaldo Melo, que considera de Utilidade Pública, a Associação dos Sacoleiros de Boa Vista do Gurupi, com sede e foro em Boa Vista do Gurupi-MA.

**3. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 001/010**, de autoria do Senhor Deputado Edivaldo Holanda, que concede o Título de Cidadão Maranhense ao Senhor Pastor Oséas Barbosa de Lima, natural de Rio Formoso, no Estado de Pernambuco.

##### **ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:**

**1. PROJETO DE LEI Nº 002/010**, de autoria do Senhor Deputado Rubens Pereira Junior, que estabelece a meia-passage intermunicipal a Estudantes do Estado do Maranhão.

**2. PROJETO DE LEI Nº 003/010**, de autoria do Senhor Deputado Victor Mendes, que denomina de Farol da Educação Marise de Fátima Lemos Martins, o Farol da Educação, localizado no Município de Bequimão, no Estado do Maranhão.

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 03.02.10.

**Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia quatro de fevereiro do ano de dois mil e dez.**

Presidente Senhor Deputado Marcelo Tavares.

Primeiro Secretário, em exercício, Senhor Deputado Marcos Caldas.

Segundo Secretário Senhor Deputado Valdinar Barros.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os Senhores Deputados: Antônio Carlos Bacelar, Arnaldo Melo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Chico Leitoa, Cleide Coutinho, Eliziane Gama, Fábio Braga, Francisco Gomes, Gardênia Castelo, Helena Barros Heluy, Janice Braide, Joaquim Nagib Haickel, João Batista, José Lima, Manoel Ribeiro, Marcelo Tavares, Márcia Marinho, Marcos Caldas, Nonato Aragão, Pavão Filho, Penaldon Jorge, Rigo Teles, Rubens Pereira Júnior, Valdevino Cabral, Valdinar Barros e Victor Mendes. Ausentes: Afonso Manoel, Alberto Franco, Antônio Pereira, Camilo Figueiredo, Carlos Filho, Domingos Paz, Edivaldo Holanda, Fátima Vieira, Graça Paz, Hélio Soares, Irmão Carlos, João Evangelista, Jura Filho, Paulo Neto e Stênio Rezende.

#### I – ABERTURA.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES - Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES - Com a palavra, o Senhor Segundo Secretário para fazer a leitura do texto bíblico e do resumo da ata da sessão anterior. Passo a Presidência ao Deputado Marcos Caldas.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO DEPUTADO VALDINAR BARROS (lê texto bíblico e Ata) - Ata lida, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS - Ata lida e considerada aprovada.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES - Com a palavra, a Senhora Primeira Secretária para fazer a leitura do expediente.

A SENHORA PRIMEIRA SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO DEPUTADA CLEIDE COUTINHO - (lê Expediente).

#### II – EXPEDIENTE.

MENSAGEM Nº 008 /2010

São Luís, 04 de fevereiro de 2010.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 42 da Constituição Estadual, submeto à apreciação de Vossa Excelência e de seus ilustres pares a Medida Provisória nº 077, de 1º/02/2010, que dispõe sobre a transformação de cargos em comissão, devidamente publicada no Diário Oficial do Estado, acompanhada da Exposição de Motivos nº 003/2010-GAB/SEAPS, de 28/01/2010, que levou o Governo do Estado a adotá-la.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a todos os integrantes dessa augusta Assembléia os meus protestos de apreço e consideração.

JOÃO ALBERTO DE SOUZA  
Governador do Estado, em exercício


**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 077, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2010**

Dispõe sobre a transformação de cargos em comissão.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, EM EXERCÍCIO**, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 42 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

**Art. 1º** Ficam transformados dois cargos em comissão, sendo um de Diretor-Geral de Simbologia DGA e um de Diretor Administrativo-Financeiro de Simbologia DANS-1, em um de Secretário-Adjunto de Simbologia Isolado e um Auxiliar de Serviços de Simbologia DAI-1.

Parágrafo único. Os cargos em comissão de Diretor-Geral e de Diretor Administrativo-Financeiro de que trata o caput deste artigo compõem o quadro de cargos em comissão da Agência Reguladora de Serviços Públicos.

**Art. 2º** Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 1º DE FEVEREIRO DE 2010, 189ª DA INDEPENDÊNCIA E 122ª DA REPÚBLICA.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 003/2010-GAB/SEAPS**

São Luís, 28 de janeiro de 2010.

A Sua Excelência a Senhora  
ROSEANA SARNEY  
Governadora do Estado do Maranhão  
NESTA

Senhora Governadora,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o texto da Medida Provisória que dispõe sobre a transformação de cargos em comissão.


Com a reorganização administrativa implementada pelo atual Governo, há necessidade de alguns ajustes para conferir maior efetividade à ação governamental.

A presente Medida Provisória propõe a transformação de cargos em comissão com o objetivo de atender a novas demandas, ao crescente grau de responsabilidade das funções e de complexidade das ações desenvolvidas e a inserção de áreas essenciais ao funcionamento do modelo organizacional vigente.

A transformação objeto desta Medida Provisória não acarretará aumento de despesa para o Estado, conforme Quadro Resumo de Custo anexo.

Considerando as razões supracitadas que me levam a propor a Medida Provisória em apreço, submeto a apreciação de Vossa Excelência, na expectativa de que por sua relevância a matéria tenha sua aquiescência.

Respeitosamente,

  
**LUCIANO FERNANDES MOREIRA**  
Secretário de Estado da Administração e Previdência Social

**ANEXO**
**RESUMO DE CUSTO**

| SITUAÇÃO ATUAL |                |          |                 | SITUAÇÃO PROPOSTA |                |           |                 |
|----------------|----------------|----------|-----------------|-------------------|----------------|-----------|-----------------|
| Simbolo        | Valor Unitário | Quant.   | Valor Total     | Simbolo           | Valor Unitário | Quant.    | Valor Total     |
| DGA            | 1.860,95       | 1        | 1.860,95        | ISOLADO           | 2.961,94       | 01        | 2.961,94        |
| DANS-1         | 1.488,78       | 1        | 1.488,78        | DAI-1             | 312,22         | 01        | 312,22          |
| <b>TOTAL</b>   |                | <b>2</b> | <b>3.349,73</b> | <b>TOTAL</b>      |                | <b>02</b> | <b>3.274,16</b> |

**PROJETO DE LEI Nº. 006 / 10**

*Considera de Utilidade Pública a Associação de Agricultores do Assentamento de Cardina – AAAC e dá outras providências.*

**Art. 1º** - Fica considerada de Utilidade Pública a Associação de Agricultores do Assentamento de Cardina – AAAC, com sede e foro no município de Bacuri – Ma.

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Deputado Nagib Haickel, em 03 de fevereiro de 2010  
– João Evangelista - Deputado Estadual

**REQUERIMENTO Nº 006 / 10**

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no Regimento Interno deste Parlamento, requero a V. Exª. que após ouvida a Mesa, seja encaminhada mensagem

de **CONGRATULAÇÕES** ao novo Desembargador **José Luiz Oliveira de Almeida**, parabenizando-o pela sua escolha para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, pelo conhecimento, competência e seriedade que tanto contribuem para magistratura maranhense.

José Luiz Almeida integra a magistratura há 24 anos. É natural do município de Vitorino Freire e iniciou sua carreira no ano de 1986 quando foi nomeado juiz-substituto e logo titularizado na comarca de Presidente Dutra. Foi promovido por merecimento para as comarcas de Colinas, em março de 1990, Imperatriz, em junho do mesmo ano e para o cargo de juiz auxiliar da capital, em fevereiro de 1992. Tornou-se juiz titular da 7ª Vara Criminal de São Luís há 18 anos. Foi também juiz eleitoral da 10ª zona da capital durante 10 anos no período de 1992 a 2004.

Por fim, estamos certos de que o novo desembargador tornará o Poder Judiciário maranhense ainda mais forte, respeitado, ágil, eficiente e gerador da paz social.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”. São Luís, 04 de fevereiro de 2010. – PAVÃO FILHO – Deputado Estadual – PDT

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 08.02.10  
EM: 04.02.10

**REQUERIMENTO Nº 007 / 10**

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requero a V. Exa. que, depois de ouvida a Mesa, seja lido, publicado no Diário Oficial e inserido nos anais desta Augusta Casa Legislativa, **MANIFESTO DE APOIO DOS SENHORES PARLAMENTARES ESTADUAIS MARANHENSES À FUNDAÇÃO JOSÉ SARNEY – PATRIMÔNIO CULTURAL DO MARANHÃO E DO BRASIL**, que passou a ser objeto de campanha insidiosa de difamação por parte de grupos interessados nas disputas eleitorais, culminando com a notícia do seu fechamento, ocasionado pelo natural refluxo das doações que a mantinham em funcionamento.

Portanto, nós Deputados Estaduais signatários do Manifesto e que representam a maioria dos nobres Deputados com assento neste Poder manifestamos nosso irrestrito apoio à **FUNDAÇÃO JOSÉ SARNEY** e conclamamos a todos os cidadãos e cidadãs para nos unirmos na busca de soluções a fim que os valiosos serviços técnicos, culturais e artísticos desenvolvidos pela referida entidade continue fazendo parte da história do Maranhão e do Brasil.

Plenário “Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 03 de fevereiro de 2010. - ALBERTO FRANCO - DEPUTADO ESTADUAL PSDB - [albertofranco@al.ma.gov.br](mailto:albertofranco@al.ma.gov.br) - [af@albertofranco.com.br](mailto:af@albertofranco.com.br) - [www.albertofranco.com.br](http://www.albertofranco.com.br)

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 08.02.10  
EM: 04.02.10

**INDICAÇÃO Nº 015 / 10**

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente aos membros da Bancada Maranhense na Câmara Federal, solicitando a apresentação de projeto de lei no sentido de garantir a cota de 50% (cinquenta) das vagas oferecidas através de concurso público para investimento em cargo ou emprego público municipal aos moradores do respectivo município.



Justificamos a presente indicação em decorrência do fato de que nos concursos públicos realizados pelas prefeituras municipais, principalmente nos municípios das regiões metropolitanas, é muito grande o índice de aprovação e classificação de pessoas residentes em outros municípios, principalmente na Capital.

Desta forma pretendemos que sejam asseguradas condições de acesso aos cargos públicos municipais para aqueles que residem no próprio município onde é realizado o concurso, numa forma de justiça social, evitando o aumento do índice de desemprego.

Na oportunidade, citamos a Lei nº 11.350, de 08 de outubro de 2006, que determina que o agente comunitário de saúde deverá na área da comunidade em que atuar, dentre outros requisitos, bem como as cotas universitárias criadas através de lei federal.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 02 de fevereiro de 2010. - RUBENS PEREIRA JUNIOR - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

### INDICAÇÃO Nº. 016 / 10

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São Luís-Ma, Dr. João Castelo Ribeiro Gonçalves, solicitando providências, da Secretaria Municipal de Transportes Urbanos (SEMTUR), no sentido de isentar os proprietários de veículos, das multas de trânsito acusadas pelo sistema de foto sensor, no âmbito do Município de São Luís, ocorridas no período compreendido entre as vinte e três horas de um dia e seis horas do dia seguinte, devendo os semáforos no citado horário ficarem em amarelo piscante.

Nos locais que ainda não permitem a flexibilidade do amarelo piscante, o órgão responsável pelo gerenciamento de transporte e do trânsito do Município deverá adotar medidas no sentido de que todos os cruzamentos semáforizados de São Luís, sejam substituídos por outros mais modernos, ficando também as instituições competentes obrigadas a manterem a fiscalização do trânsito e a realizarem campanhas publicitárias e informativas no sentido de educar a população maranhense para utilização desse serviço de significativa importância.

### JUSTIFICATIVA

A violência nos últimos anos tem sido causa de grande preocupação para a população brasileira e no Maranhão a situação não é diferente. Em São Luís cresce assustadoramente o índice de assaltos nas paradas obrigatórias, em obediência aos sinais de trânsito.

O receio de parar em sinais e/ou reduzir a velocidade diante dos equipamentos eletrônicos, principalmente em áreas de maior vulnerabilidade, deixou de ser argumento para justificar atitude de motorista infrator, tornando-se perigo real, fato que se constata diariamente.

Trata-se de medida preventiva no sentido de coibir assaltos, seqüestros, homicídios e outros, pois, quantas pessoas já foram vitimadas, perderam suas vidas e outras se encontram inutilizadas, marcadas pela violência física, patrimonial, moral e psicológica.

Portanto, com base nas razões acima aduzidas, a solicitação apresentada, visa proporcionar maior segurança aos motoristas que trafegam em nossa São Luís, e certamente contribuirá para a redução do número de assaltos, evitando também, a autuação de multas indevidas, acúmulo de processos administrativos e outras implicações que geram transtornos e insatisfações aos proprietários de veículos.

Em face do exposto, esperamos contar com o apoio do Excelentíssimo Prefeito, desta cidade, que sem dúvida acolherá a nossa proposição por se tratar de medida de segurança e de interesse público.

SALAS DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 01 DE FEVEREIRO DE 2010. - MARCOS CALDAS - Deputado Estadual-IV Secretário - PRB

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

A SENHORA PRIMEIRA SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO DEPUTADA CLEIDE COUTINHO – Expediente lido, Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Expediente lido. À publicação.

### III - PEQUENO EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Com a palavra, o Deputado Valdinar Barros por cinco minutos, sem direito a apartes.

O SENHOR DEPUTADO VALDINAR BARROS (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, senhores e senhoras da galeria, senhores e senhoras da imprensa. Senhor Presidente em exercício, Deputado Marcos Caldas, quero apenas fazer um registro, nesta manhã de hoje, da presença, na nossa galeria, de um grande companheiro, sindicalista da comunidade de Marcolândia, município de Vila Nova dos Martírios, companheiro José Madalena. Companheiro de longas datas que há muitos anos acompanha a vida do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz quando Marcolândia, antigo Marreco, era município de Imperatriz. Imperatriz que perdeu 90% da sua base territorial, sendo criados seis novos municípios: São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, Cidelândia, São Francisco do Brejão, Davinópolis e Governador Edison Lobão. Anteriormente já havíamos perdido Açailândia, Itinga que também pertencia a Imperatriz. Então o companheiro Madalena está visitando a capital devido ao problema de saúde da sua esposa e, portanto, nos honra com a sua presença aqui hoje em nossa galeria e eu queria fazer esse registro porque, além de companheiro, é amigo, considerado um irmão de convivência naquela região. Quando iniciei, em 1981, ainda muito jovem, Madalena já transitava como companheiro sindicalista na região do Marreco, Vila Nova dos Martírios, Cuverlândia e ainda hoje permanece firme. É filiado ao Partido dos Trabalhadores e está muito otimista com relação à continuidade do nosso projeto com a eleição da companheira Dilma Rousseff. Ele que é um dos batalhadores, que foi um dos batalhadores pela vitória do companheiro Lula, desde a sua primeira eleição. Portanto, é com muita alegria, com muita satisfação que registramos aqui, nos Anais desta Casa, a presença pessoal, com a sua esposa, desse grande companheiro e amigo, Madalena, lá do povoado de Marcolândia, município de Vila Nova dos Martírios. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente.

### IV - ORDEM DO DIA.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Não há quórum para deliberação.

### V - GRANDE EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Não há orador inscrito.



A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Pois não, deputada.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Até no próprio Diário da Assembleia consta o meu nome como inscrita.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Com certeza. A senhora tem 30 minutos com direito a apertes.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY (sem revisão da oradora) – Senhor Presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, companheiros da imprensa, senhores e senhoras que estão na galeria e que vêm a esta Casa acompanhar os nossos trabalhos, internautas, funcionários e funcionárias desta Casa Legislativa, saúde, portanto, todos e todas que tenham neste ano de 2010, a última, ou que vêm efetivamente neste ano de 2010, a última Sessão Legislativa da presente legislatura. Na nossa compreensão, Deputado Marcos, Deputado Valdinar, é uma responsabilidade muito grande a nossa, que quer dar continuidade aqui nesta Casa de todo um esforço que tem caracterizado a nossa atuação parlamentar. E quando digo nosso, não estou apenas trabalhando um possível plural majestático, é nosso mesmo, de cada um, de cada uma que juntos fazem este Parlamento, uma responsabilidade muito grande, porque nós estamos vivendo um 2010 que não em nada semelhante, aos outros momentos da história dos parlamentos brasileiros de final de legislatura. Nós temos, Deputado Valdevino, um país diferente não tanto quanto todos nós desejamos e queremos e estamos empenhados em ajudar esta construção, mas um país que mudou, mudou o cotidiano das pessoas, mudou no visual de muita gente, mudou, Deputado Valdinar, na compreensão do exercício da cidadania e mudou, sobretudo, uma elevação da auto estima de grande percentual de brasileiros, brasileiras, é o cenário que eu vejo, talvez até de forma não tão aprofundada, mas não superficial, é esse o Brasil que vai realizar mais uma eleição, e eleição para escolhas de seus dirigentes em nível nacional e nos estados, e também dos parlamentos do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas de cada Estado. É esta realidade, é esta responsabilidade, que eu desejo partilhar com todos os senhores e com as senhoras, Deputada Cleide Coutinho, e estendo esta responsabilidade, de logo, a Deputada Eliziane está adentrando no plenário, como estendo a todos que estão nos acompanhando, sobretudo, os internautas a nossa responsabilidade, Deputado Rigo Teles, a nossa responsabilidade, Deputado Francisco Gomes, neste ano eleitoral, disse deputados e deputadas no meu último pronunciamento, vamos ter uma grande ou daremos um grande passo de avanço na história deste país, ou podemos cair no risco de um grande retrocesso. E são os cuidados e as cautelas, ou para os cuidados e cautelas, que eu chamo a atenção de todos nós, com simplicidade, sobretudo simplicidade, mas com possibilidades de renovarmos este ano, compromissos históricos, principalmente e, sobretudo, daqueles que trazem dentro de si ainda, sem perdê-la de perspectivas, as utopias maiores que nos trouxeram até aqui. Então, nesta primeira fala, aqui desta tribuna, neste ano, eu quero reafirmar todos os meus compromissos. Compromissos ao longo da vida, compromissos que valem para o tempo todo em que comecei a ver o mundo, lá na minha querida Barão do Grajaú, Deputado Arnaldo. Barão está muito mal tratada, trouxe várias fotografias, para presentear V. Ex.<sup>a</sup> e o mais grave é que não é só Barão de Grajaú, não, as cidades parecem que estão mal amadas, mal amadas e o que é isto? Depois eu passo às mãos de V. Ex.<sup>a</sup>, as fotos que eu trouxe, Deputado Arnaldo. Espero até que já tenha mudado, porque faz alguns dias que eu saí de lá, e lá eu não fiz outra coisa a não ser lamentar profundamente a quanto chega o ânimos de administrar, de cuidar da gente e do patrimônio

público. O mais grave, repito, é que outros tantos municípios parece que também estão com práticas assemelhadas. Vamos pensar nisso sem pensar que é culpa de A ou de B ou de C, de momento X ou Y, mas o que é administração pública, o que é o patrimônio público, o que é o dinheiro público. Quero reafirmar este compromisso por mim assumido desde quando fiz o meu pronunciamento aqui nesta Casa, era 18 ou 19 de fevereiro de 2001, já vai um tempo, deputados e deputadas. Em nenhum momento perdi a esperança, como hoje também ainda não perdi a esperança, senão não estaria aqui. Confesso que, até o Deputado Marcos Caldas pensou que não houvesse nenhum inscrito, tivesse havido algum problema técnico e não tivesse a possibilidade de Grande Expediente, que talvez até fosse melhor eu ainda não falar hoje, Deputado Marcos, mas lamentavelmente estava inscrita e estava no Diário da Assembleia e V.Exa. compreendeu e eu compreendi, apenas um ligeiro equívoco. Estou aqui para reafirmar esses compromissos todos, e compromissos que de uma forma sintética e talvez até didática são sempre um passo adiante. Lutar por um País, por um Estado onde a prática política possa ser movida ou centrada na transparência, possa ser centrada na participação popular e possa ser centrada, Deputado Valdinar, na marca maior do Governo Lula: a inversão de prioridades. E o Lula ou o Governo Lula e o Governo Federal, não importa o nome a ser usado, têm sido mestres, o Lula e o Governo, em fazer com que essa inversão de prioridades aconteça efetivamente na prática e o que não está acontecendo não é culpa de lá de cima, é na ponta. Se ainda não existe luz para todos e todas nas casas deste País e deste Maranhão, vamos procurar onde é que está a culpa, quem é que não está fazendo o dever de casa, onde está o imbróglcio, o óbice ou o obstáculo, e vamos juntos tentar removê-los. Reafirmo o compromisso de entender que os mandatos não são eternos, que as disputas para os mesmos cargos ou para ex-cargos não signifiquem apenas a única forma de participação política de exercício da cidadania e da luta completa, política mesmo no melhor sentido, para realizarmos todo esse ser cidadão e cidadã que deve ser a característica de todos nós. E no final de 99, eu estava na Câmara de Vereadores e comuniquei a alguns, e é interessante, a comunicação é rápida, se você quiser contar um segredo para ser ouvido por todos e todas, diga apenas para duas pessoas. Isso é fantástico, é a boa comunicação, a comunicação então vai adiante, e logo foi divulgado que eu não seria candidata à reeleição em 2000. Não fui, mas dei uma contribuição ao meu partido numa disputa interna para a Prefeitura de São Luís. Foi um momento extraordinário, porque as nossas disputas, Deputado Valdinar, nossas disputas internas são algo verdadeiramente heróico. Uma parte de um lado, que não deseja a disputa interna, resolveu ir apoiar o nosso companheiro Jomar Fernandes lá em Imperatriz. E naquela época, Deputada Cleide, eu era primeira suplente aqui e, graças a isso, mudou completamente o eixo da minha caminhada, porque no dia da eleição para vereadores e prefeitos eu era eleita praticamente, podemos dizer assim, deputada estadual porque o Deputado Jomar Fernandes fora eleito com uma expressiva e significativa maioria. A vitória da classe trabalhadora, do Partido dos Trabalhadores, Prefeito de Imperatriz. E assim eu cheguei a esta Casa e cheguei com todas as responsabilidades e a todo tempo mantive o sentimento de que uma Casa Legislativa, qualquer que seja ela, não é uma Academia de Letras, é onde se atinge, ao transpor os umbrais daquela Casa, a imortalidade. Eu acho que aqui tem tempo e é por isso que os mandatos são de 04 anos, e é com esse sentimento que eu, de público e da tribuna, reafirmo o que alguns meios de comunicação já têm comunicado, e isso eu já venho dizendo a todo tempo, manifestado ainda no ano passado, e, este ano, já de uma forma mais ampla e convicta, comunicar a muitos, não mais a duas ou três pessoas, mas em nada significa aposentadoria como alguns órgãos da imprensa já têm colocado. Não se trata de aposentadoria. Alguns chegam para mim, Deputado Arnaldo, mas a senhora vai abandonar a política, eu só volto a dizer, mas como eu vou entrar mais em cheio na política, de uma forma livre, completamente livre para estar no partido, e mais ainda nos movimentos sociais, na minha igreja, para dar continuidade a esse sonho, a esta utopia, Deputado Haickel, de construirmos um mundo



novo, a sociedade nova que todos nós desejamos e para qual, para cuja construção somos desafiados. É este o meu sentimento maior sem estar querendo me afastar de nenhuma luta, de nenhuma peleja reafirmar idem em defesa na dignidade de todos e de todas, dentro dos postulados do meu partido aquilo que fez com que todos nós, no próximo dia 10 de fevereiro orgulhosamente, prazerosamente estejamos comemorando e celebrando os 30 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores, isso é grande demais, isto emociona demais. Dou já, já a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>. E 10 de fevereiro para nós, é emblemático demais e 10 de fevereiro também, Deputado Marcelo, mas ele está celebrando os 100 anos de nascimento de Maria Aragão, que foi fincada essa história na história e na luta de todos aqueles, Deputado Chico Gomes, que lutam permanentemente pela democracia, por esta sociedade diferente que todos nós queremos ter em terras do Brasil, em terras do Maranhão.

O SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO – Deputada, V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - Deputado Arnaldo, a palavra é sua.

O SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO (aparte) – Deputada Helena, quero cumprimentá-la pelo pronunciamento, que tanto nos incentiva nesse início de trabalho para mais essa Sessão Legislativa, e dizer que realmente V. Ex.<sup>a</sup> nos estimula ao tempo que se preocupa com a política nacional e estadual, municipal na necessidade de que há realmente da inversão dos valores das prioridades dos nossos governos, do nosso permanente combate às desigualdades regionais, então, todos os aspectos nos incentivam a continuar, caminhando, trilhando pela política estadual, e quando V. Ex.<sup>a</sup> diz da decisão de continuar essa caminhada, de continuar dando a sua colaboração em todos os setores, em todos os segmentos da sociedade, inclusive no campo religioso, além do campo político, isso realmente é fundamental para todos nós, ouvir de V. Ex.<sup>a</sup> um pronunciamento tão abalizado e com tanta expectativa de Governo de dias melhores, e nesse sentido, eu quero dizer realmente a V. Ex.<sup>a</sup> que os nossos municípios maranhenses, eles padecem realmente de administrações difíceis. V. Ex.<sup>a</sup> citou aí o município que nós temos ligações, que é Barão de Grajaú, e é um município distante daquela região Sudeste do Maranhão, que ele é assim como os outros, atravessa dificuldades, e eu julgo aquela administração neste universo de dificuldades, uma das boas administrações do Maranhão, porque realmente eles, os municípios estão atravessando talvez um dos piores momentos dos últimos anos, que foi o ano de 2009, que foi um ano muito grande das transferências de recursos constitucionais, que dificultou muito as administrações, mas aquele município consegue atravessar tanto no campo do saneamento básico, eu diria que 2010, provavelmente chegaremos a 95% de calçamento em toda a zona urbana, no setor da saúde, nós temos o melhor hospital daquela região, inclusive melhor do que a nossa capital São João dos Patos, o Hospital de Barão de Grajaú, hoje é o melhor estruturado do que o de São João dos Patos, serviços de ambulância, assistência aos pacientes mais necessitados, farmácia básica instalada, no setor de habitação, o prefeito construiu algo em torno de 400 unidades habitacionais, as estradas vicinais estão, de certa forma, recuperadas, apesar de estarmos em pleno período de inverno. Mas as nossas necessidades realmente são muitas, ainda falta fazer muita coisa, eu tenho certeza de que este Governo, o Governo da senhora Roseana Sarney, vai continuar drenando recursos para os municípios e vai ajudar aquele prefeito, que teve dificuldades realmente na aquisição de recursos estaduais, mas agora ele já está com alguns projetos para investir em várias áreas do município de Barão de Grajaú e, com certeza, este ano de 2010 será um ano bom. Mas continuamos, deputada, a nossa caminhada, eu tenho um profundo orgulho e satisfação de ser deputado, juntamente com V. Ex.<sup>a</sup> pela sua abnegação, pela sua determinação, pelas causas populares. E vamos andar por esse Maranhão afora para ver as nossas dificuldades e, quem sabe, dar a nossa contribuição nesse

combate permanente pelas desigualdades regionais. E aqui, no Maranhão, não é diferente do resto do Brasil e nos interiores e municípios não são realmente questões ainda definidas. Precisamos ajudar esses prefeitos, a cada dia que passa. E se não resolver, pelo menos diminuir essas desigualdades. Muito obrigado pela sua atenção e pelo aparte concedido.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Foi um prazer muito grande ouvir o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, o sentimento é recíproco e V. Ex.<sup>a</sup> é uma referência dentro deste Parlamento, mas não posso, Deputado Arnaldo, de... pedir a Deus que V. Ex.<sup>a</sup> não sofra de nenhum mal estar quando estiver em Barão, em termo de saúde, a não ser que corra depressa a Floriano para um atendimento real, concreto e pleno para V. Ex.<sup>a</sup>, que Deus não permita ter algum problema de saúde. E o saneamento básico, visível que temos lá em Barão, Deputado Arnaldo, que Barão é uma das cidades que ainda tem urubu e os urubus têm feito essa limpeza, está nas fotos também que vou passar a V. Ex.<sup>a</sup>

O SENHOR DEPUTADO CHICO LEITOA - Deputada, conceda-me um aparte?

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Pois não, Deputado Chico Leitoa.

O SENHOR DEPUTADO CHICO LEITOA (aparte) - Deputada Helena, eu queria afirmar aqui no plenário algo que tenho dito a algumas pessoas, que somente agora eu tive a oportunidade e a honra de conviver com V. Ex.<sup>a</sup> aqui neste plenário, apesar de conhecer a sua história, que num determinado momento, a gente percorreu caminhos iguais e difícil na vida é fazer, como se diz, a roda inverter, rodar ao contrário, que, em outras palavras, é inverter as prioridades e aqueles que assim defendem em geral, os exemplos estão aí, são vários, são possíveis que sejam de momentos de dificuldades. E a senhora, com a sua coerência, com certeza, já passou muito neste momento de angústia, muitas das vezes, querer desistir e querer largar de mão por achar que o caminho não é esse, eu queria dizer que a sua história nos encoraja a acreditar que é possível fazer política, que é possível atuar em nome das grandes maiorias deste país de desfavorecidos. O Presidente Lula, de certa maneira, conseguiu, com a sua humildade, da maneira como ele foi eleito, um pouco disso que foi inverter as prioridades alcançando a grande maioria das populações. Mas principalmente pessoas, como a senhora com a sua história, juntando mais outras pessoas, é possível fazer acontecer no nosso país, que é tão desigual, trazer resultados que beneficia a maioria. Então, queria aqui dizer da honra que tive, que eu tenho, aliás, de conviver com a senhora. A senhora praticamente está dizendo que não vai mais... e eu enfrento um problema aqui, que não sei até que dia fico por aqui, mas espero ficar, porque tenho certeza de que os motivos e as causas, de certa maneira, não justificam qualquer ameaça. Mas eu queria reafirmar, nós temos aqui uma luta comum com relação ao Rio Parnaíba e espero que, aqui ou em outra trincheira, a gente continue com o mesmo pensamento, defendendo as mesmas causas sem se entregar a alguns que acham que pode ser um dia de um jeito; outro dia do outro, mas tem uma palavra-chave chamada “coerência”, que é a âncora de homens e de mulheres que pensam como a senhora e que, modéstia à parte, me incluo um pouco nesse tipo de pensamento. Parabéns à sua história, e continue, a senhora ainda tem muita estrada pela frente.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Graças a Deus, pretendo. Muito obrigada, Deputado Leitoa. Presidente, de logo, peço a V. Ex.<sup>a</sup> 10 minutos de prorrogação. Temos muito tempo, é até 13h30 o horário regimental, V. Ex.<sup>a</sup> vai permitir que eu dê continuidade a este pronunciamento. Feita esta abordagem preliminar que eu entendo necessária, pegar um pouco aquilo que já foi abordado, ontem, muito bem pela Deputada Graça Paz, pena que ela não esteja aqui, e pelo Deputado Valdinar também, falando sobre este Brasil,



sobre as políticas públicas. E aí eu convidaria todos os senhores, não vou ler tudo quanto conseguimos fazer de levantamento, mas gostaria de colocar alguns dados, são números e, a cada número deste que examino e venho socializar com V. Exas, eu vejo rostos e vejo fisionomias, eu vejo gente correspondente a cada número, eu falei ainda: qual é o cenário que nós temos para vivermos este ano eleitoral de 2010? Nós temos um ano que em termos no Brasil, eu estou apenas reafirmando o preâmbulo, muita coisa mudou, em termos de cenários mesmo, tivemos um 2009 que foi um ano marcado pelo desafio de enfrentar a maior crise econômica desde 1929, um ano que jogou a maior economia do mundo, a dos Estados Unidos, para vinte e quatro meses de recessão e quatro milhões e quinhentos mil de desempregados. E o Brasil, Deputada Márcia Marinho, soube construir mecanismos de defesa, ao longo desses sete anos do Governo Lula, vamos ter coragem de viver e de dizer isto. Nós deixamos de ser um País devedor para sermos um País credor, temos mais reservas cambiais do que dívida externa, reduzimos a dívida pública de 57.5% do PIB para 44% do Produto Interno Bruto, sem privatizar, sem vender o patrimônio, com austeridade, austeridade mesmo, fiar sem desvios de um de outro, de A, B, C ou D, esses desvios são levados, de logo, de pronto ao crivo dos órgãos competentes, lamentavelmente nem todos os outros gestores no âmbito estadual têm ainda esta compreensão de dizer que não pode, que não é por aí, que não é assim que se administra com seriedade tributária. Com a retomada do crescimento, reduzimos a vulnerabilidade externa e a fragilidade das finanças públicas, preservamos a estabilidade da economia na crise. Foram 500 anos, Deputado Lima, foram 500 anos, deputados e deputadas, que foram enfrentados e podemos dizer que o Brasil saiu vitorioso, e devido sua atuação o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Governo Federal e quando eu digo Governo Federal, é porque voltou, eu reconheço que é um governo de forças das mais diversas, de mãos dadas para construir este Brasil diferente, registraram em janeiro deste ano a melhor avaliação positiva já registrada pelas pesquisas, isto é importante, isto é importante também e muito mais pelo que nós vemos, olhamos, nós sentimos nos mais diversos trabalhadores. Eu gostaria de poder falar também que os índices da popularidade de Lula são superiores as avaliações de sua popularidade registrada em janeiro de 2003, quando acabava de ser eleito Presidente deste país e tomava posse no momento em que o povo brasileiro viveu a sua maior emoção, mais do que nas vitórias de cada Copa do Mundo de que o Brasil foi vitorioso. Eu vi, Chico Gomes, gente chorar na praça na hora em que era anunciada a vitória no segundo turno do brasileiro operário trabalhador Luiz Inácio Lula da Silva, e aquilo teve repercussão nas pesquisas de popularidade naquele momento. Hoje é muito maior do que registrado aquele instante. E onde é que atua estas mudanças, estas transformações? Nos mais diversos campos. O Bolsa Família nós temos que ter a coragem, não é de tirar o chapéu apenas, é de reconhecer e reconhecer, de público, que é o grande instrumento de transformação. Alguns, sobretudo, os maledicentes, querem chamar o programa Bolsa Família de esmola, pelo amor de Deus, é não querer ver, é ter para além da miopia, entender que o Bolsa Família é uma esmola. E, ontem, o Valdinar já colocou muito bem o significado, não só apenas do Bolsa Família, mas de todos estes programas. Em 2003 eram três milhões e seiscentas mil famílias beneficiadas; em 2008 foram onze milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família. Eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> o que pedi já há pouco, pediria apenas dez minutos, porque pedi a pouco ao Deputado Marcelo. Os recursos destinados, em 2003, eram de três bilhões e quatrocentos mil, enquanto que, em 2008, foram para o Bolsa Família onze bilhões e oitocentos mil. O que é isto? O que isto se significa? Vinte e um milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza com o Bolsa Família que atinge 11 milhões de famílias trabalhadoras. Outros programas: podemos elencar o PET que atende 871 mil crianças e serem destinados para o PET 109.800 mil até maio de 2009. Vou mais adiante. O Pro Jovem Adolescente atende 392 mil jovens e destinou 100.800 mil até maio de 2009. O salário mínimo, senhores deputados, entre 2003 e 2009, houve um aumento nominal no salário mínimo de 133% e um

aumento real descontada a inflação de 65%, segundo o INPC, o salário mínimo em 2003 era de R\$ 240, enquanto que em 2009 é de R\$ 465, e agora, a partir de janeiro, R\$ 510. Salário mínimo como em nenhum outro momento da história econômica do nosso País pode ser registrado. O salário mínimo vem crescendo ano a ano e aumentou, em termos reais, em 67% o poder de compra de 24.500 mil trabalhadores brasileiros que não podiam comprar. O Programa Luz Para Todos, desde 2004, já beneficiou mais de 10 milhões de brasileiros, possibilitando aos brasileiros comprarem mais de 1.57 mil aparelhos de TV, 1.046 mil geladeiras. Alguns vão dizer: 'mas é televisão, é geladeira', é televisão e é geladeira sim, todos nós temos direito a ter uma televisão e a termos uma geladeira. Banco do Brasil, crédito à pessoa física cresceu 52%, o que corresponde a 48.800 milhões em 2008. A Caixa Econômica disponibilizou um montante de R\$ 80 bilhões. A Caixa Econômica Federal dobrou o financiamento imobiliário, são R\$ 40 bilhões que correspondem a 600 mil casas que estão sendo construídas em nosso País. Isto significa casa, residência, moradia, isto significa trabalhador trabalhando, isto significa emprego para o terceiro setor, participação na sociedade e transparência. Aí se cria uma nova prática neste País: conferências nacionais, que significa este sentimento de participação da sociedade. De 2003 a 2009, 4.500 mil brasileiros participaram de 60 conferências nacionais, a fim de debater políticas públicas. O que são políticas públicas? Políticas Públicas significam o grande diferencial entre ações governamentais voltadas para o bem de todos e o mero assistencialismo. Políticas públicas são isto. Onde há políticas públicas não há espaço para a compra permanente e total do voto e da consciência das pessoas, sobretudo, das mais pobres e mais oprimidas. Acrescento ainda, para poder ouvir o Deputado Marcelo, tudo quanto tem sido e aí eu coloco como um esforço ainda maior e ideal. O avanço é muito pouco, é pequeno demais, o Programa Nacional de Segurança Pública, mas o Programa Nacional de Segurança Pública só vai apresentar os seus verdadeiros frutos quando tivermos também uma consciência nova. O que é segurança? O que significa segurança pública? Segurança para todos e para todas e não apenas para alguns. A meta do governo é investir até 2012 seis bilhões e setecentos mil em ações de valorização dos profissionais, reestruturação do sistema penitenciário, combate à corrupção policial e prevenção à violência. Não vai haver possibilidade de segurança pública enquanto não houver política pública extremamente voltada para a prevenção da violência, e prevenir a violência significa muito e muita coisa para ser trabalhada dentro da sociedade brasileira. Em termos de saúde, ainda continuo dizendo, Deputado Milhomem, que vivemos ainda um caos, pena que o Deputado Arnaldo saiu, é um caos. Ontem eu quase fui demitida, vou dizer isso baixinho, do meu cargo de dona de casa, viu, Deputada Márcia? A Livramento chegou revoltada, estourando toda a sua capacidade de tolerância. Duas madrugadas seguidas que ela fica em fila para tentar conseguir uma consulta médica aqui em São Luís, duas madrugadas e ainda não conseguiu, perdeu toda a capacidade e tolerabilidade diante de qualquer alteração no seu ritmo de trabalho como excelente profissional, como excelente trabalhadora doméstica cidadã. É esta ainda a realidade, temos que lutar muito, bastante, mas não podemos deixar de exaltar o programa Brasil Sorridente, não podemos deixar de exaltar o esforço, porque esse Brasil Sorridente que não seja apenas para tirar a dor de dente, mas para mexer também na alta estima do brasileiro e, sobretudo da brasileira que se criou durante muito tempo uma sociedade de desdentados, que tinha preconceito e medo, inclusive de sorrir, Deputado Chico Gomes, que quando ia sorrir botava a mão na boca, com vergonha porque não tinha dentes, o Brasil Sorridente pensa em tudo isto. E para concluir, a questão da educação, a questão da educação nós sentimos como estar abrindo portas, claro que ainda não é a totalidade atingida da população brasileira, mas já há um grande esforço numericamente bem apresentado, nós temos que ver o que significa o Plano de Desenvolvimento da Educação, o que significa o FUNDEB, o que significa o programa, Brasil Alfabetizado, olharmos na televisão e procuramos ver no nosso ciclo de conhecimento, quantos adultos, quantas pessoas com mais de



oitenta anos, vi inclusive uma pessoa de noventa anos feliz porque estava começando a aprender a ler. É este o governo que nós temos aí. O que significa o REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que teve adesão de todas as 55 Universidades Estaduais e até 2012 destinará 8 milhões e 37 as universidades, sendo 5 milhões e 900 mil em custeio de pessoal e 2 bilhões e 46 milhões em investimentos. É esse o Brasil que nós temos aí para fazer acontecer uma eleição, uma eleição para presidente ou presidenta da República. O PROUNI, Programa Universidade para Todos, desde 2004 já tomou mais de meio milhão de estudantes, 540 mil estudantes, hoje 750 mil novas vagas estão aí oferecidas à moçada brasileira, ampliação de vagas como preocupação permanente, política pública voltada para o esporte com seriedade e não para esbanjar dinheiro, desviar dinheiro, recursos públicos. É este o sentimento do Governo Federal, se há desvios nos Estados, se há desvios na ponta, vamos ter coragem suficiente de exigir a devida apuração desses desvios e poderíamos continuar falando em cultura também. Que coisa bonita encarmos, vemos, sentirmos a cultura brasileira, a cultura nacional, a cultura maranhense sendo trabalhada na perspectiva de uma política publica para todos nós.

O SENHOR DEPUTADO MARCELO TAVARES – Deputada Helena, eu gostaria de fazer um aparte no pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Pois não, Deputado Marcelo.

O SENHOR DEPUTADO MARCELO TAVARES (aparte) - Dizer que lamento profundamente essa sua decisão de não disputar uma nova eleição à Assembléia Legislativa do Estado. Compreendo a sua colocação quando diz que esta Casa não é Academia de Letras.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – De Letras que se assegura a imortalidade.

O SENHOR DEPUTADO MARCELO TAVARES (aparte) – Ou seja, a posição, a imortalidade, mas o mandato popular ele tem características importantes no sentido de dar legitimidade a quem está aqui, e eu entendo que a política maranhense e a política brasileira perdem muito com a ausência de V. Ex.<sup>a</sup> não da política, não indo a aposentadoria, mas deste parlamento, como foi da Câmara Municipal, como seria na Câmara Federal ou em qualquer lugar que V. Ex.<sup>a</sup> tivesse a oportunidade de ter uma procuração popular e representar a população maranhense. Acho que nós perdemos muito. Eu tive a honra de ser aluno de V. Ex.<sup>a</sup> na Universidade Federal do Maranhão no Curso de Direito, a Cadeira de Direito Penal e depois a felicidade de dividir esse parlamento, essa responsabilidade de representar o povo maranhense aqui na Assembléia, e tive a oportunidade de dividir essa responsabilidade com a senhora. Não sei em qual dos dois períodos me foi mais construtivo, sinceramente, mas lamento muito essa sua decisão, e também já fazendo uma consideração a respeito do pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> em relação ao Brasil, ao cenário que temos hoje, concordo plenamente com a senhora, plenamente. Eu acho que o Brasil evoluiu muito, nós só ainda não evoluímos na questão política no sentido das alianças. Acho que esse período que o Brasil vive hoje se deu e se iniciou com o Presidente Itamar Franco. Houve um período de reconstrução econômica com o PSDB e depois do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tivemos a consolidação dessa estrutura econômica e a parte mais importante: o enfoque social que o Brasil precisava dar. Então, hoje quando chegamos à discussão do processo político de 2010, esses dois partidos, que no meu entendimento são os grandes responsáveis, e aí não querem discutir a responsabilidade de cada um, qual o que fez mais, qual o que fez menos, estão em posições contraditórias, mas poderiam estar juntos consolidando esse período de avanço. Poderíamos estar discutindo uma candidatura do PT com o vice do PSDB, ou vice-versa, mas são partidos que têm nomes que

estiveram contra a Ditadura, lutaram a favor da população brasileira, contra a Ditadura nos períodos mais difíceis deste País e tiraram o Brasil do fundo do poço quando pegaram os governos sucedendo Fernando Collor e o outro presidente que sucedeu Fernando Collor. Ali o Brasil estava no fundo do poço. E aí se começou um resgate, primeiro com o Itamar Franco, não pelo governo que ele fez, mas pela qualidade moral e a fortaleza moral que ele deu à Presidência da República naquele momento, conseguindo iniciar a partir daí um processo de reconstrução. Foi com o Presidente Lula que o Brasil, que a população brasileira, efetivamente as camadas mais pobres, começou a sentir o cheiro e o gosto dessa mudança, dessa melhoria econômico-social. Esse é o grande mérito do governo do PT. Se antes se falava em gerar riquezas, ninguém exerceu melhor a faculdade de distribuir riquezas do que o Presidente Luiz Inácio. Então, para que tivéssemos a consolidação de tudo isso, todas essas forças que levaram o Brasil adiante deveriam estar do mesmo lado contra todas essas forças que levaram o Brasil ao fundo do poço. Então, Deputada Helena, V.Exa. tem razão no cenário, V.Exa. faz conjecturas importantes, ressalta a importância do que foi feito. Não foi feito tudo e nem é possível fazer tudo, mas foi feito muito e é mérito do Partido dos Trabalhadores, sim. E a data que V.Exa. fala de 30 anos do partido, sem nenhuma dúvida, é um simbolismo de tudo isso que o Brasil vem vivendo. Então, mais uma vez, feliz por esta situação que hoje nós vivemos, mas triste porque V.Exa. decidiu continuar fazendo política fora da Assembleia. Eu queria que a senhora continuasse fazendo política na Assembleia do Maranhão ou em qualquer outro lugar que a senhora, mercidamente, pudesse representar o povo maranhense. Obrigado.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Obrigada, Deputado Marcelo. Para mim foi uma honra muito grande também ter V.Exa. entre os colegas de reflexão em Direito Penal na nossa sala de aula da Universidade Federal do Maranhão.

A SENHORA DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Deputada Helena, conceda-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO JOSÉ LIMA – Permita-me também, deputada?

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Eu gostaria, Deputada Eliziane, de conceder o aparte a V.Exa. e ao Deputado Lima, e estou à disposição da Mesa até porque estou verificando que, a rigor, agora que estaria terminando o Pequeno Expediente pelo horário regimental. Fica a critério da Mesa.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Deputada, é porque já existem alguns inscritos aqui, mas como o assunto realmente é importante, vou lhe dar mais dois minutos para dar um minuto a cada parlamentar.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - Pois não, eu agradeço. Deputada Eliziane.

A SENHORA DEPUTADA ELIZIANE GAMA (aparte) - Deputada Helena, eu quero realmente parabenizá-la e antes eu queria até pedir assim perdão a V.Exa. Estamos aqui num momento meio que conturbado, do ponto de vista da infância, daqui a pouquinho vamos estar, inclusive, usando a tribuna, estávamos confirmando aqui algumas informações por telefone, mas não poderia deixar de cumprimentá-la, Deputada Helena. Eu acho que V.Exa. do apreço, da admiração, do reconhecimento que eu tenho pela senhora. Para mim, Deputada Helena, a senhora é uma referência de vida, como mulher, como mãe, como companheira, como amiga, como pessoa que também pensa num ideal melhor para a nossa humanidade, para a nossa sociedade do ponto de vista de gênero, do ponto de vista realmente de grupos etários, eu diria assim, infância, juventude, idoso, e aí vai. E eu quero realmente deixar



isso aqui consignado nesta Casa que, quando ganhei a eleição há três anos, eu disse: Eu preciso falar com uma pessoa antes de ir para a Assembleia, eu preciso realmente sentar e conversar, discutir com ela algumas questões, que é a Deputada Helena Barros Heluy, porque V. Ex.<sup>a</sup> sempre esteve nos meus programas de rádio, na Rádio Esperança FM, e ali discutimos os mais diferentes temas sem medo, sem limite de dar opinião, sem ter realmente limitação do ponto de vista da ética, do ponto de vista das ações sociais para a nossa sociedade, e V. Ex.<sup>a</sup> me deu essa honra, de não vir ao seu gabinete, na época, na rua do Egito, V. Ex.<sup>a</sup> foi à Rádio Esperança, sentou conosco ali na sala, e nos orientou, se não segui, não foi falta de orientação, mas V. Ex.<sup>a</sup> realmente nos deu espaço de que deveria ser trilhado para ter uma vida política com ética e com dignidade, quero ressaltar aqui, Deputada Helena, que V. Ex.<sup>a</sup>, e o Deputado Marcelo fala de que precisamos de V.Exa. nesta Casa, o Maranhão precisa de V. Ex.<sup>a</sup> nesta Casa, para estar lutando ainda mais pelo nosso Estado, mas, independentemente de onde V. Ex.<sup>a</sup> esteja, se nesta Casa, mas em outra Casa, se na sociedade civil organizada, se nos grupos de base, eu não tenho dúvida nenhuma que o seu trabalho será reconhecido pela sociedade, que fique consignado nesta Casa o meu apreço, a minha extrema admiração eterna pelo que a senhora representa para nossa geração e para o nosso Estado. Muito obrigada.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Agradeço, Deputada Eliziane, e registro também este sentimento, já foi concedido uma parte do tempo ao Deputado Lima, se depois o Deputado conceder ao Deputado João Batista não tem nenhum problema, não terei nenhum problema, Deputado Lima.

O SENHOR DEPUTADO JOSÉ LIMA (aparte) – Deputada, parabenizar, há uma demonstração clara, parece uma prestação de contas do Partido dos Trabalhadores, e do governo do Presidente Lula. Eu gostaria de fazer aqui algumas colocações, Deputada, a Vossa Pessoa, eu acho que o Maranhão conhece o seu excelente trabalho, a sua dignidade, a sua lealdade, a sua amizade o seu respeito a que V.Exa. defende ao que V.Exa. acredita. Agora em relação aos dois momentos que eu vivenciei, o momento do governo Fernando Henrique Cardoso como diretor do CEFET. Eu fui diretor num período muito difícil, muito difícil, o país estava buscando a estabilidade, mas algumas políticas públicas, naquela época, fizeram com que muitas coisas ruins acontecessem naquele período. Eu gostaria de lembrar a questão da privatização, a privatização foi um erro da forma com foi conduzida naquele momento, naquele período, em todos os níveis, eu acredito que o país, não estava preparado para fazer aquelas privatizações, algumas tiveram sucesso, mas foram muito ruins para o Brasil, colegas meus engenheiros elétricos foram demitidos na TELMA, na EMBRATEL, na CEMAR, principalmente, e veio o Presidente Lula mostrando que o país podia ser diferente, e talvez pela sua vida, pela sua experiência, o momento correto, todas as derrotas do Presidente Lula, foi o amadurecimento pessoal, político, fez com ele conseguisse perceber que o Brasil podia ser diferente, ele ia fazendo a distribuição de renda de forma diferente, não só por ter nascido no Nordeste, mas programas como Luz para Todos empregaram esses engenheiros que foram demitidos, através de empresas que terceirizaram o serviço, eu estou citando o exemplo do caso da CEMAR, mas se pode, com certeza, levar isso em consideração a vários outros programas que possibilitaram gerar emprego e renda, mas eu tenho uma preocupação, a grande preocupação está neste ano, é o ano da eleição, é o ano que o Brasil muda de Presidente, e nós sabemos que a distribuição de renda vem com investimentos maciços, investimentos que possam mudar realmente o quadro de miséria, de pobreza, principalmente do Nordeste, e o Presidente Lula, quando veio da última vez, no Maranhão, lançar a Refinaria Premium, ele colocou que o Nordeste receberia quatro refinarias com investimentos no futuro chegando até 90 bilhões de reais, quer dizer, são investimentos que, com certeza, mudaria o quadro do Nordeste, o Nordeste inteiro influenciaria até no Norte. Então, a responsabilidade do povo brasileiro, este ano, é muito grande. Então,

políticas públicas equivocadas, decisões políticas equivocadas podem ser ruim para os nordestinos, para os brasileiros, acho que é uma responsabilidade muito grande o voto da eleição do Presidente, essa reflexão que eu gostaria de deixar, fazendo parte do seu pronunciamento, o Brasil precisa saber votar muito bem, porque nós precisamos fazer com que a distribuição de renda nesse país possa diminuir a desigualdade social que existe nele. Obrigado!

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Muito obrigada, Deputado José Lima. Eu fico meio constrangida, Deputado Marcos, porque já ultrapassou e tem ainda o Deputado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Deputada, eu quero dizer que hoje, estou emocionado tanto quanto a Senhora, a Senhora tem todo tempo do mundo.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Muito obrigado. Deputado João Batista.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO BATISTA – Deputada Helena.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Imagino, no dia 10 de fevereiro, que é o dia do aniversário do PT. As emoções.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO BATISTA – Eu tenho lido, eu tenho ouvido que a senhora não poderá ser candidata, enfim, e naturalmente não sendo candidata é uma possibilidade mais do que real de que a senhora não esteja conosco caso eu aqui esteja na próxima legislatura nesta Casa. O que eu quero dizer? No semestre passado, eu presidi a Comissão de Segurança e Cidadania, comissão da qual a senhora faz ou fez parte comigo, eu já tinha admiração pela senhora e, como a comissão funcionou muito bem, eu não faltava, e as poucas vezes, as raríssimas vezes que a senhora não pôde ir, tinha justificativa, tinha uma ligação, tinha um assessor que dizia assim: ‘João Batista, ela está resolvendo esse problema’. Eu aprendi a admirá-la mais ainda. O que eu quero dizer com tudo isso? ‘Acho, acho, acho’, Mário Covas já dizia isso, e muito maior do que nós aqui, alcançou muito mais méritos políticos. Já dizia que da política só se sai pela porta dos fundos, quando o eleitor não quer mais, ele empurra: não, tu não vai mais. E você sai, porque não foi bem votado, e naturalmente perde a eleição. Eu acho que a senhora tem, dentro da política do Maranhão, uma importância que não pode ser ignorada por ninguém, por nenhum grupo político. Neste Parlamento, já vi muitos oradores, inclusive eu, que é como se quisesse dar uma chancela de seriedade daquilo que está falando, chama atenção: Deputada Helena, Helena, ô Helena. É como se quisesse chancelar aquilo que você está dizendo. Então, deputada, é claro que jamais posso mudar o seu pensamento e longe de querer pensar isso, mas acho que a senhora tem uma importância muito grande dentro do contexto da política maranhense, tem uma história extremante bem construída. Acho que a senhora deveria seguir o conselho de Covas, que não é meu: se tiver que sair, deixe que o eleitor diga: vá, sai, não é a tua hora. Este Parlamento, acredite, é grande com a sua presença, e digo isso sem nenhuma ‘puxação’ de saco, a senhora me conhece, não é método meu puxar saco absolutamente de ninguém, até quebrar a cara por causa disso já quebrei algumas vezes. Mas do fundo do coração, do fundo da alma, fico muito feliz em ter tido a possibilidade de ser deputado junto com a senhora, de ter tido a possibilidade de poder admirá-la conhecendo a senhora como conheço hoje. Então, eu queria muito que a gente estivesse na próxima eleição disputando, brigando pelos votos, porque gosto muito da senhora e a respeito muito.



A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - Muito obrigada, Deputado João Batista. Claro que foi uma experiência muito rica na Comissão de Segurança presidida por V.Exa.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO FRANCISCO GOMES – Deputada Helena, um minuto.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - Olha, parece que não há Regimento Interno hoje, é feriado.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Deputada Helena, me conceda um aparte?

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - Pois não, é um prazer.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM (aparte) - Deputada, eu não sei por que essa missa de réquiem.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - Eu também não.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM (aparte) - Eu prefiro o Natal, a Sexta-Feira da Paixão é outra coisa, eu sou da alaluia e *vós micê* está no início dos seus trabalhos. Eu que a conheço, não vou dizer os anos para não mexer muito, há algum tempo, tem muita coisa para dar, e eu ainda continuo acreditando que V.Exa. vai continuar a trabalhar, a lutar e aqui dentro desta Casa. Muito obrigado.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Muito obrigada, Deputado Milhomem, inclusive quando faz essa lembrança do tempo, o tempo é grande realmente.

O SENHOR DEPUTADO RIGO TELES – Deputada Helena, V.Exa. me concede um aparte?

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Deputado Rigo Teles.

O SENHOR DEPUTADO RIGO TELES (aparte) – Deputada Helena, eu estava aqui ouvindo atento ao pronunciamento de V.Exa. e até me surpreendi que V.Exa. é uma das deputadas que eu acho nós entramos juntos nesta Casa em 99, não é isso?

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Eu entrei em 2001.

O SENHOR DEPUTADO RIGO TELES (aparte) – A senhora entrou em 2001, eu entrei em 99, e em 2001 já estava com dois anos de mandato aqui na Casa e aprendi a conviver com a maneira da senhora fazer a política e realmente vejo hoje, ouvi esse discurso da senhora, até me surpreendi pela maneira da senhora usar o Expediente e fazer o relato perfeito aí, e reconheço o trabalho que a senhora tem prestado aqui a esta Casa, ao povo do Maranhão. Acredito ainda que a senhora vai rever essa ideia que a senhora está tomando. Eu já vi tomada há muito tempo, porque nós, políticos, não determinamos e nem traçamos o nosso destino, é o povo. Então, acredito que seus amigos, seus correligionários, a partir de agora, sabendo dessa decisão da senhora, vão lhe procurar com certeza. Como disse aqui, a gente poderia, nós poderíamos muito bem conduzir o nosso destino político, mas é o povo quem nos permite a não ter esta autonomia. Eu espero que a senhora não tenha esta autonomia de tomar esta decisão, porque o seu eleitorado, seus amigos não vão aceitar, como nós aqui também desta Casa esperamos vê-la retornar no próximo ano. Vai depender do nosso

trabalho, do reconhecimento do povo do Maranhão quem pode retornar a esta Casa aqui e com certeza pelo trabalho que a senhora tem prestado ao longo da sua vida pública, como vereadora, como deputada estadual, que prestou serviço, como disse aqui, a esta Casa e ao povo do Maranhão, será com certeza reconduzida mais uma vez a um mandato a deputada estadual. Então, espero que a senhora reveja realmente, porque não vai depender da sua opinião, da sua aceitação e nem da sua família, vai depender dos seus amigos, dos seus correligionários e do povo do Maranhão que, vai chegar à senhora e vai pedir para a senhora rever essa decisão. Muito obrigado, deputada.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY - Muito obrigada, deputado.

A SENHORA DEPUTADA CLEIDE COUTINHO - Deputada Helena, só queria rapidamente dizer uma coisa.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Pois não, é um prazer ouvi-la.

A SENHORA DEPUTADA CLEIDE COUTINHO (aparte) - Eu concordo integralmente com o Deputado Milhomem, que isto aqui não é uma despedida, isto aqui é o começo de um ano novo onde V. Ex.<sup>a</sup> vai ter toda a oportunidade de trabalhar, como sempre fez e que vou ter a mesma chance que tive nesses três anos de lhe perguntar, de aprender com V. Ex.<sup>a</sup>. Então acho que uma coisa é importante: No amor e na política, nem nunca, nem jamais e nem sempre. E prefiro terminar as minhas palavras dizendo que daqui até o mês da eleição, em outubro, muitas águas vão rolar e vamos esquecer esse jamais e esse nunca, porque sempre V.Ex.<sup>a</sup> estará perto da política, em qualquer lugar que esteja. Muito obrigada.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Obrigada, deputada.

O SENHOR DEPUTADO PENALDON JORGE – Me conceda um aparte, deputada?

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Pois não, Deputado Penaldon.

O SENHOR DEPUTADO PENALDON JORGE (aparte) - Eu fico com todas as opiniões e respeito demais a sua, mas quero me filiar à última aqui colocada pelo Deputado Rigo Teles, acrescentando a ela o seguinte, pegando a do Deputado Milhomem, finalizando com a do Deputado Rigo, que vai ser muito difícil pra nós, principalmente pra nós deputados desta Casa, deste plenário, sem a senhora. Este é um ponto. Mas diria que este ponto é transponível até, porque as pessoas se substituem. Outros oradores, outros parlamentares também virão, mas ficam ainda algumas barreiras que precisam ser transpostas. A primeira é a do eleitorado, que hoje, com certeza através do enfoque que a mídia fará desse pronunciamento, ele vai ter que refletir e a senhora a partir de amanhã, nas próximas reuniões, nenhuma fará sem receber esta cobrança. A partir de amanhã não fará nenhuma reunião em qualquer bairro, em qualquer comissão, em qualquer lugar que esta questão não seja colocada como preliminar. A segunda barreira que acho que pode ser transponível, mas é quase intransponível, a da própria imprensa. Tenho certeza que a senhora vai receber da imprensa uma cobrança muito grande pela posição que está sendo adotada hoje e que vai novamente fazer V. Ex.<sup>a</sup> rever a sua posição. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Sei que esta discussão apenas se inicia hoje, mas em todos esses fóruns e debates que a senhora tem a felicidade de realmente ser uma grande interlocutora, principalmente na sociedade civil, ela vai fluir de forma muito forte e vai lhe levar. Se ao final de todas essas discussões V. Ex.<sup>a</sup> continuar convicta nessa posição que adotou, eu vou ter que baixar a guarda e realmente reconhecer, dentre



tantas qualidades, não uma qualidade, mas uma posição de personalidade muito firme, porque V. Ex.<sup>a</sup> vai ser altamente cobrada para rever essa posição. E eu aqui não vou fazer discurso de despedida para a senhora. Tenho certeza que estaremos de novo aqui a assistir, no dia 01 de fevereiro de 2011, V. Ex.<sup>a</sup> tomando posse no cargo de deputada nesta Casa. Muito obrigado.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Muito obrigada, Deputado Penaldon. Quero de forma assim muito franca e sincera dizer que todos os apartes que me foram pedidos, enriqueceram realmente este nosso modesto pronunciamento. Nosso pronunciamento tinha apenas a ideia de um brevíssimo preâmbulo e fazermos algumas considerações preliminares por tudo quanto será dito no Brasil todo até o dia 10 e depois do dia 10 de fevereiro, sobre o que é o PT e partilhar, sacudir um pouco o sentimento de todos e de todas com este balanço do governo Lula, do governo federal que estamos vivenciando a partir de 2003. Era este o sentido. Mas muitos colegas deputados fizeram colocações no sentido, um de estranhar esta atitude. Não há porque estranhar, isso faz parte, Deputado Penaldon, desta experiência, desta caminhada, aqueles que caminharam juntos sabem, em 2006 também já havia esta determinação que consegui abrir mão dela diante de algumas ponderações feitas, considerando que o primeiro mandato não tinha sido exercido em plenitude que fora apenas dois anos. Então, todos têm conhecimento, e isto faz parte da experiência que tentamos e vamos continuar tentando implementar no exercício da atividade política, no exercício de mandato. Isto faz parte também de que se possa ter a compreensão de que o mandato poderá não questiono, não julgo e nem condeno aqueles que têm a disposição de continuarem com novas disputas para a reeleição. No nosso caso, isto faz parte da experiência de política com exercício de cargos que estamos demonstrando que pode ser realmente feita por muitos e muitas não apenas por essa experiência de Helena. Eu coloco colegas deputados e deputadas aquela palavra de ordem, todos nós podemos assumir esta palavra de ordem, eu posso fazer política, eu posso exercer o cargo sem ficar naquela angústia ou aquela luta permanente de que o cargo é que é o instante de exercício de uma parte deste poder que nós podemos dar esta compreensão, pelo menos para Helena é esta a visão que se tem. Agradeço as referências, as referências que foram feitas aqui à minha pessoa aumentam a minha responsabilidade social e política...

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS - Deputada Helena, é porque estou sendo cobrado aqui pelos companheiros que querem falar...

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY – Só um minuto, social e política e poderei voltar, inclusive para responder algumas colocações feitas, como a do Deputado Marcelo e outras, inclusive sobre alianças, até mesmo no Tempo dos Blocos, ou deixar até para a próxima semana. Tenho aqui uma síntese do que é que eu entendo de políticas de determinado grupo, e políticas de outro grupo, que possam me impedir abraçar de plano, de imediato determinadas alianças. Muito obrigada e um agradecimento especial à direção da Mesa que nos permitiu não apenas a Helena, mas aos que participaram deste pronunciamento fazer as suas considerações e dar a suas contribuições para esta Casa política. Obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Tempo dos Blocos. Bloco Parlamentar Democrático, por 32 minutos, Deputado Carlos Alberto Milhomem, o tempo do seu Bloco?

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Declino

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Deputado Carlos Alberto Milhomem declina.

Tempo reservado ao Bloco Parlamentar de Oposição, por 28 minutos. Com a palavra, o Deputado Chico Leitoa, por dez minutos, Deputada Gardênia por dez minutos, Deputada Eliziane por oito minutos.

O SENHOR DEPUTADO CHICO LEITOA (sem revisão do orador) - Senhores deputados, eu uso esta tribuna para falar de uma matéria hoje trazida no jornal O Imparcial, ao meu respeito, a matéria diz assim: “*Mandato no forno, Supremo Tribunal Federal, decreta perda de mandato de pedetista Chico Leitoa e advogados de suplentes preparam receitas jurídicas na disputa pela vaga apimentando os bastidores da política*”. Eu queria, Senhor Presidente fazer algumas observações com relação a esse caso, essa minha questão da minha entrada na Assembleia, desde o início que ela foi polêmica, eu concorri, em 2006, com registro devidamente deferido pelo Tribunal Regional Eleitoral, votos contabilizados, eu tive aproximadamente 19.500 votos, dos quais 18.500 só em Timon, e auferi a condição de segundo suplente, com a eleição da Deputada Maura Jorge, que era, à época, da nossa coligação, passei para a primeira suplência, assumindo como suplente por 04 meses, final do ano passado em função do trágico falecimento do Deputado Pedro Veloso, fui efetivado no cargo de deputado. E gostaria de deixar este registro que esse mandato que estou exercendo aqui na Assembleia Legislativa do Maranhão, ele é um mandato legítimo, e o que significa essa celeuma? Significa de que quando passaram essas eleições o Ministério Público Eleitoral, recorreu do registro da minha candidatura que foi ao TSE que deu provimento ao recurso do Ministério Público Eleitoral, em seguida entramos com recurso no Supremo Tribunal Federal. Ora, este processo está no Supremo Tribunal Federal há três anos quase, conseqüentemente é um processo em julgamento, os meus hoje adversários que querem a qualquer custo entrar na marra na Assembleia Legislativa do Maranhão, ficam forçando a barra, o ex-deputado Luis Pedro, o ex-deputado Geovane Castro, eu acho que a vida deles hoje é só atrás desse mandato que não lhes pertence. Eu queria senhor Presidente, senhores da Mesa deixar esse registro, que a minha situação jurídica hoje é a mesma de ontem, esse processo, senhores deputados, já teve quatro relatores, e os três primeiros declinaram da condição de ser relator. Por quê? Porque foi um erro de interpretação na regra da eleição de 2006. A razão pela qual o Ministério Público recorreu do registro da minha candidatura, foi o Tribunal de Contas da União considerou uma irregularidade na minha conta de 2005, pela dispensa de licitação na compra de um leite. O ministro relator é muito claro, está no relatório do Tribunal de Contas da União que está no processo, o convênio foi completamente executado trazendo benefício para a comunidade atingida, não houve superfaturamento, não houve enriquecimento ilícito conforme as denúncias, restando à dispensa de licitação que foi feito com decreto de emergência do Município, do Estado e da União, o do Município assinado por mim, o do Estado do Maranhão assinado pela então governadora, hoje governadora novamente, e da União assinado pelo ministro, hoje senador da Paraíba pelo PSDB, era o ministro da época. Então senhores, essa falha na prestação de contas é muito rigor ela ensejar a inelegibilidade, até porque na regra de 2006 o entendimento não era o mesmo depois de 2006. Eu quero deixar este registro aqui Presidente Marcelo, Senhores Deputados, senhores componentes da Mesa, que este é um processo que continua em julgamento. A Ministra Carmem Lucia agora deu um parecer negando o provimento, sem, contudo deixar de considerar um ponto mais importante da análise dessa questão, era não aplicação das regras há época do que está se levando em conta aqui, e o pessoal está tão desesperado por este mandato que até segunda-feira eu tenho um prazo de recurso, continua o processo em julgamento, tem dois pareceres do processo que está aqui no TRE, um do Ministro Barbosa, outro do Ministro Lewandowski, dizendo que qualquer coisa a meu respeito é só depois do trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal, está no processo, o ex-deputado Geovane com os advogados dele, o ex-deputado Luiz Pedro sabem disso, eles receberam isso aí também, e aí querem antecipar uma saída, se transitar em julgado e a comunicação aqui vier, tudo bem,



não tem problema, apesar de eu achar que é uma coisa injusta, porque está no relatório do Tribunal de Contas da União que não houve desvio de recursos, não houve enriquecimento ilícito, não houve super faturamento, houve alguns problemas que nós sanamos e a dispensa de licitação no entender do Ministro Benjamim Zymler não justificava a dispensa da licitação, mas sem nenhum prejuízo. E a única coisa que me restou do TCU foi uma multa de quatro mil que eu paguei. E aí por conta desta, eu agora vi o julgamento do Prefeito de Parnarama, do Raimundinho Silveira, que foi muito pior, porque eu fiz dispensa baseado em Decreto de Emergência, e o que ele fez foi a não licitação, compra direta e ele está prefeito lá, e foi no mesmo ano. Então eu gostaria de dizer que esta matéria aqui do jornal, até agora há pouco uma pessoa me ligou, que eu disse: deveria ter você pego a nossa versão sobre o caso; porque a Assembléia Legislativa não pode simplesmente receber, como ouvi falar aqui, um suplente já veio aqui hoje querer tomar posse, suplente do suplente do suplente, o Geovane. E ele, segundo eu soube, anda aí com determinada pessoa que se diz influente no governo, que consegue qualquer coisa na Justiça, que já cassou governador, que pode cassar qualquer pessoa que quiser. Então eu queria primeiro isso aqui, absolutamente isso aqui não me traz nenhum tipo de sofrimento, mas causa-me a sensação da perda que esta Casa tem, com certeza absoluta, com relação a este mandato que estou exercendo. E o que motivou essa ação não justifica, até porque, Deputado Valdevino, V.Exa. que já foi prefeito, esta ação aqui no dia 03 de novembro de 2009 perdeu seus efeitos, porque fez cinco anos que fomos colocados naquela lista por causa de uma multa de R\$ 4 mil, que paguei, que não trouxe nenhum prejuízo para o erário público, absolutamente. Está em todos os relatórios do Tribunal, mas dizem que quem se apressa, às vezes, não come bem. E vamos entrar com recurso, novamente. Este mandato é legítimo porque foi dado pela população, e vou até os últimos momentos, às últimas consequências para defendê-lo, porque é um mandato que foi conferido pelo povo do Maranhão, principalmente pelo povo de Timon. Então, não será nenhuma investida dessa natureza nem a comemoração antecipada dos meus desafetos que irá fazer eu me desanimar. Pelo contrário, essa decisão da Ministra Carmem Lúcia foi feita em dezembro, desde dezembro que tenho conhecimento dela, foi publicada dia 02, e nós temos até segunda-feira para entrar com recurso. Continua em julgamento. Após essa etapa, nós ainda brigaremos pela manutenção desse mandato que, como já disse, é um mandato legítimo e não vai ser uma investida de bastidor qualquer que vai nos tirar daqui do mandato. Tem que deixar transcorrer a matéria em todos os seus níveis e instâncias e, depois de tramitar, transitar em julgado, temos os prazos, depois o TRE e depois a Assembleia. Até onde eu sei é assim, não é, Deputado Marcos? E quero crer que, em função de pontos que foram detectados neste processo, temos todas as possibilidades de vencê-lo na última instância com a própria ministra julgando ou um colegiado, porque o agravo de instrumento vai remetê-lo a um colegiado e aí sim teremos uma decisão final. Eram essas as observações que gostaria de fazer para sofrimento e para a tristeza dos desesperados que estão querendo entrar na marra na Assembleia.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS - Deputado Gardênia Castelo por dez minutos, com direito a apertes.

A SENHORA DEPUTADA GARDÊNIA CASTELO (sem revisão da oradora) - Senhor Presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, galeria, imprensa, internautas, o que me traz a esta tribuna hoje, na realidade subi aqui porque ia falar apenas da questão do Hospital de Emergência e da CAEMA, mais especificamente, mas ao chegar ao meu gabinete, dando uma folheada geral nos jornais, li uma notinha aqui que diz o seguinte: *Empecilho. Há um zum-zum-zum na Prefeitura de São Luís dando conta de que o Prefeito João Castelo, do PSDB, estaria prestes a pedir licença médica por pelo menos 30 dias. Isso garantiria a posse da Vice-Prefeita Helena Duailibe, PSB, rompida*

*com o intitulado posto desde o início da administração.* Seria justamente esse o motivo do adiamento, do afastamento temporário. E a gente fica triste com esse tipo de especulação, de notinha. Parece que não tem um assunto mais importante e mais sério para ser tratado, com tantos problemas que temos aqui no Maranhão. E eu, então, acho que a melhor coisa que a gente faz com esse tipo de boato é esclarecer. Tempos atrás os mesmos boateiros de plantão disseram que o meu pai, prefeito, no caso é meu pai, o João Castelo, estaria com Alzheimer e então teria dificuldades inclusive de administrar. Eu queria esclarecer que realmente é triste esse tipo de nota, não agrega, não contribui para nada. Vou aqui repetir o que ele costuma dizer, eu liguei hoje cedo para ele quando li e perguntei: “Você já leu a notinha aqui do jornal?” e ele disse: “Não, minha filha, qual foi?”. Aí eu li. Ele disse: “Olhe, diga o que costume dizer, que estou viçoso, todo original, sou todo original e continuo pegando no arranque”. E estou aqui reproduzindo exatamente a frase que ele costuma dizer até brincando. Então para quem deseja qualquer coisa desse tipo, pode ficar despreocupado, que o prefeito está com o pique todo, continua muito bem de saúde, sem nenhum problema, e além do mais, se o prefeito precisasse tirar alguma licença por algum motivo que fosse, não teria nenhum empecilho, Dra. Helena é uma pessoa séria, não teria nenhum problema em assumir a prefeitura, isto aqui eu apenas estou colocando para acabar qualquer especulação, tanto com relação à saúde do prefeito como com relação a qualquer empecilho da vice-prefeita assumir, não teria problema algum. Mas o que me trouxe mesmo a esta tribuna é a preocupação e a curiosidade ao mesmo tempo de querer entender como é que, a CAEMA tem o cuidado tão grande com o meio ambiente, se preocupa tanto com o meio ambiente, ao mesmo tempo em que ela questiona o local lá para construção do hospital, Deputada Helena, que eu realmente também me preocupo tanto com o meio ambiente, que já dei aqui uma colaboração, todos nós demos aquela colaboração para que a gente aprovasse aqui a Lei das ETES que, aliás, é uma atribuição da CAEMA, do Poder Público, mas nós aqui demos já a nossa colaboração até para ver se a CAEMA realmente se mobiliza para fazer o que ela precisa fazer, que é esgotamento sanitário de drenagens profundas, que ela não faz há muitos anos nessa cidade. E eu vi aqui hoje em todos os jornais que a Avenida Santos Dumont, que desde 2008 está lá abandonada, precisando de obras de drenagem profunda e de esgotamento sanitário nunca foi nada foi feito, absolutamente nada, e a população é quem paga o pato. E quando foi ontem a prefeitura decidiu entrar na Santos Dumont de qualquer jeito e começou a trabalhar na avenida, e aí então a CAEMA resolveu ir a público dizer que as obras estão paralisadas desde 2008, e já tem um ano que o novo governo está aí, já vai fazer um ano e até agora a CAEMA não tomou nenhuma providência para retomar essas obras, o empreiteiro que estava lá fazendo essas obras disse que, não recebeu nada, que os preços estão defasados, enfim, e durante todo esse ano de 2009 a CAEMA simplesmente deixou lá ficar a situação deplorável que é esta aqui que a gente vê, essa situação aqui triste, e agora que a prefeitura resolveu entrar na avenida de qualquer jeito, a CAEMA então disse que vai reiniciar as obras, é lamentável que a CAEMA, uma companhia que tanto já prestou serviço a esse Estado e a essa cidade, que já construiu o ITALUÍS, que já arrecadou ao longo desses anos com este sistema de abastecimento d'água muito recursos e que até hoje não conseguiram colocar o segundo cano para puxar água para a nossa capital, que aliás, é um problema que ainda hoje enfrentamos, exatamente porque o ITALUÍS foi projetado para 20 anos e já se passaram quase 30, e de lá para cá ninguém tomou uma única providência. E esta companhia que já tem seus tempos áureos, que já trabalhou muito nesta cidade e neste Estado, de uns tempos para cá vem padecendo, Deputado Pavão Filho, vem só abrindo buraco na cidade inteira, a prefeitura asfalta e ela vai e abre um buraco, é impressionante a falta de responsabilidade desses dirigentes da CAEMA. Eu não sei o que acontece. E o que mais me impressiona é que a governadora não toma nenhuma providência para mudar essa realidade da CAEMA. Então, eu quero dizer aqui que eu fiquei surpresa realmente, porque a CAEMA ao mesmo tempo em que se preocupa,



diz se preocupar com o saneamento básico, com preservação do meio ambiente, dá este exemplo aqui que nós estamos vendo há anos e tantos outros que a gente vê espalhado por essa cidade. E eu queria aqui aproveitar o momento, realmente para que esta Casa, a Assembléia, todos nós que temos responsabilidades para com a população, o governo do Estado através da sua governadora, e o prefeito de São Luís, que nós pudéssemos aqui discutir de fato uma solução para esse tipo de problema que a CAEMA traz diariamente para a população de São Luís. Há falta total de saneamento nesta cidade, nós não podemos continuar com a CAEMA inoperante como está, abrindo buraco na cidade inteira e sem fazer uma única obra de esgotamento sanitário ou de drenagem profunda como esta aqui que já poderia ter sido retomada há mais de um ano, é inadmissível que a gente assista de braços cruzados este tipo de problema. E o pior ainda, hoje nós temos aí a necessidade de se construir um hospital nessa cidade. Ouvi aqui o depoimento da Deputada Helena dizendo que a sua secretária chegou desesperada em casa e é verdade, deputada, ela não é a única a chegar desesperada, tanto outros maranhenses estão desesperados, e os brasileiros pelo péssimo serviço público de saúde prestado nesse país, e aqui na nossa capital, enquanto o prefeito da cidade precisa urgente de uma área para construir um hospital de emergência, que nós sabemos que o Socorrão I e o Socorrão II não têm condições mais, vivem abarrotados com os irmãos maranhenses que vêm do interior do Estado. E enquanto isto, o projeto está pronto, o prefeito está com o projeto executivo do hospital pronto para ser licitado, e a gente precisa urgentemente, peço aqui também a vocês que nos ajudem nisso, ajudem essa cidade, ajudem a prefeitura, temos que achar uma área para a construção desse hospital, não podemos ignorar esse fato. Eu não sei se é má vontade, eu não sei se é cavalo de tróia, como disse um editorial de um jornal hoje nesta cidade, mas se aquele terreno, lá do Sacavém, não tem condições realmente de abrigar o hospital de emergência, que a Governadora com a sensibilidade que eu espero que ela tenha, consiga, de fato, outro local para a construção desse hospital, porque nós não podemos mais esperar, a população não pode mais ficar da forma que está. E peço também encarecidamente que a governadora ou mude a CAEMA ou mude os administradores da CAEMA, porque a CAEMA também não pode continuar como está, agindo com total descaso com a nossa população. Muito obrigada, era só isto que eu tinha a dizer.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Deputada Gardênia, ontem, nós fizemos uma audiência pública, apesar de não ter essa formalidade como audiência, e tratamos da questão dos parques estaduais e inclusive o Parque do Sacavém. E eu tive a oportunidade de dizer que foi passado para a mídia como se a Prefeitura de São Luís, é que quisesse fazer o hospital naquela localidade, como se a responsabilidade de fazer fosse só da prefeitura, e quando é justamente o contrário. O que a prefeitura quer fazer é um hospital que a população de São Luís pelos dados e levantamentos que a Prefeitura de São Luís tem, precisa, e o Governo do Estado assumiu essa responsabilidade de oferecer este terreno. E eu entendo que o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> é pertinente e discutimos, ontem, naquela audiência as responsabilidades que a CAEMA tem como V. Ex.<sup>a</sup> elencou aqui, e decidimos que faremos também se o plenário assim aprovar uma convocação à CAEMA, para que explique todo o passivo ambiental que ela tem com esta cidade. Então, seria muito importante se V. Ex.<sup>a</sup>, e nós vamos pedir isso ao Prefeito João Castelo que disponibilizasse todos os dados técnicos para que nós possamos confrontar com os gestores da CAEMA no assunto que V. Ex.<sup>a</sup> colocou com muita propriedade.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM NAGIB HAICKEL – Presidente, apenas para uma comunicação: acabei de receber um telefonema do ex-desembargador Milson Coutinho, ex-funcionário dessa Casa, reiterando o convite a V. Ex.<sup>a</sup> e aos demais deputados, que se façam presentes hoje, às 20h, na posse dele como Presidente da Academia Maranhense de Letras, é uma fato importante termos um

ex-funcionário da Casa, presidindo a mais alta Casa de Cultura do Maranhão, ele pediu que falasse isso no plenário e reiterasse o convite a V. Ex.<sup>a</sup> e aos demais deputados. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES – Muito obrigado, Deputado Joaquim. Deputada Eliziane Gama, sete minutos.

A SENHORA DEPUTADA ELIZIANE GAMA (sem revisão da oradora) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, membros da galeria, colegas jornalistas e radialista da imprensa. Presidente, ontem, nós tivemos aí, em nível de País, o Estado do Maranhão sendo destacado, infelizmente o Estado do Maranhão tem se destacado em nível de País, às vezes, não por ações realmente benéficas, infelizmente. Nós estivemos, ontem, inclusive na Folha em relação à realização do diagnóstico do HIV, por enquanto a realização de teste de HIV dentro das escolas do Estado do Maranhão, especificamente do Centro de Ensino Deise Galvão, o trabalho que foi dirigido aí pela Secretaria Estadual de Saúde, especificamente no departamento de Atenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis da Secretaria Estadual. Dentre os vários pontos que foram inclusive apresentados pela Secretaria, estava aí o atendimento para tentar diminuir o nível de infecção de meninos e meninas nessa faixa de 10 a 24 anos de idade. Aqui, no caso específico de São Luís, pelo menos a informação que temos é que seria a partir dos 15 anos de idade, já que a Organização Nacional de Saúde, especificamente a Organização das Nações Unidas (ONU), aponta que a maioria dos casos de HIV... E aí, portanto, aproximadamente 30 milhões de pessoas no mundo estão nessa faixa de 10 a 24 anos de idade. Sem dúvida nenhuma, o acompanhamento dos nossos adolescentes deve ser fundamental. Agora o ponto específico que foi alertado por organismos que trabalham a questão da infância é a questão do constrangimento ilegal e naturalmente também da autorização dos pais, já que se trata de crianças, ou melhor, de adolescentes, de menores a partir dos 15 anos de idade. Então fizemos aí, ao lado do Ministério Público, e mais especificamente do Doutor Márcio Tadeu, que é o promotor e que inclusive hoje responde pela Promotoria, tanto pela Promotoria da Infância e Juventude como também pela Promotoria de Crimes contra a Infância e a Juventude, conversávamos com ele acerca dessa questão da condição peculiar de desenvolvimento das nossas crianças e dos nossos adolescentes que precisam ter uma atenção e um cuidado especial. Então, mantivemos contato com a Secretaria Estadual de Saúde para saber os detalhes da aplicação desse teste e como estava sendo feito o suporte social e psicológico desses adolescentes. Aí eu gostaria realmente de enaltecer a posição que foi dada inicialmente pela Doutora Patrícia, que inclusive se prontificou a vir a esta Casa, marcando para agora, às 11h30, juntamente com o Ministério Público e com as demais organizações que trabalham com a infância, dentre elas: o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente com a Doutora Ana Lorena, que estará representado na reunião de daqui a pouco; também com a Comissão de Direitos Humanos da OAB, Doutor Pedrosa. Estaremos, então, sentados para traçar uma sistemática, um mecanismo que venha de fato atender às crianças, acima de tudo atentando para o Estatuto da Criança e do Adolescente que faz uma série de critérios para jamais promover qualquer tipo de constrangimento aos nossos adolescentes. Imaginem só os adolescentes, muito embora a situação não seja impositiva, mas os adolescentes que se submetem a essa exame, ao terem um exame, por exemplo, positivo, imaginem a situação social e psicológica desse adolescente, fazer o acompanhamento psicológico desse adolescente, enfim, como será dado e como estará sendo acompanhado em relação às suas famílias e aos seus pais, já que o adolescente precisa dessa representação e precisa desse acompanhamento dos seus pais. Nós, então, estaremos fazendo aí essa reunião para traçar esses caminhos que deverão ser seguidos e para evitar qualquer tipo de transgressão no Estatuto da Criança e do Adolescente, que é o marco principal hoje que estamos tratando em



nível de CPI. A Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa está, não especificamente na questão da prostituição, mas a todas as outras situações que venham infligir o Estatuto da Criança e do Adolescente. Então eu quero aqui enaltecer a todas as organizações que trabalham com a infância que se prontificaram, em primeira mão, em primeira hora, para sentarmos e agirmos de forma conjunta e agirmos de forma parceira a encontrar uma saída que não venha ferir em hipótese alguma a ética médica hoje, que é preconizada pelo Ministério da Saúde, e acima de tudo o Estatuto da Criança e do Adolescente que todos nós precisamos estar primando para que seja realmente evitado. E queria também Presidente, ressaltar, tivemos ontem aqui nesta Casa uma reunião na Comissão da Infância e Juventude do Idoso e nós recebemos várias organizações do idoso aqui em São Luís para discutirmos um assunto que é preocupante, que é a questão da violência contra o idoso. Então foi definida uma verdadeira brigada para o cumprimento do pacto de enfrentamento de violência contra o idoso, e há uma ação que será feita com todas as organizações, então preliminarmente estaremos sentados no próximo dia 19 e estaremos dando entrada nesta Casa a reformulação do pacto, porque nesse pacto figura várias instituições e órgãos do Estado e também do Município, para que de forma conjunta tenhamos a ter uma ação enfática para diminuir a violência. A violência hoje do idoso está nas pesquisas hoje em nível de País, que a maioria das pessoas que violentam os idosos são pessoas que estão dentro do leito familiar, são filhos, são netos, são os cuidadores do idoso, ou outras pessoas que estão próximas que deveriam passar confiança, que deveriam passar paz, estão infelizmente provocando a violência contra os nossos idosos. Então nós teremos essa reunião no dia 19 para traçar um Plano de Ação Conjunta com a Secretaria Estadual de Assistência Social, Secretaria de Administração, que o PAI e Universidade Federal do Maranhão, Conselhos Estaduais, CEAPVI, Defensoria Pública, Ministério Pública, Delegacia do Idoso, que só funcionam Deputada Helena, de oito às dezoito horas, idoso não pode ter nenhum problema depois das dezoito horas, porque não tem realmente como fazer essa denúncia, já que a Delegacia fecha às dezoito horas, então nós precisamos encontrar uma saída de oferecer ao Idoso um sistema de garantia e, portanto a segurança de que nós teremos um aparelho que possa fazer com que violência contra o idoso possa ser reduzida na nossa sociedade maranhense, muito obrigada.

#### VI – EXPEDIENTE FINAL.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Não há oradores inscritos.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO MARCOS CALDAS – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

#### **Resumo da Ata da Segunda Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em três de fevereiro do ano dois mil e dez.**

Presidente, em exercício, Senhor Deputado Victor Mendes.  
Primeiro Secretário, em exercício, Senhor Deputado João Batista.  
Segundo Secretário Senhor Deputado Valdinar Barros.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os Senhores Deputados: Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Arnaldo Melo, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Carlos Filho, Chico Leitoa, Cleide Coutinho, Domingos Paz, Edivaldo Holanda, Fábio Braga, Francisco Gomes, Gardênia Castelo, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Irmão Carlos, Janice Braide, Joaquim Nagib Haickel, João Batista, Jura Filho, Manoel Ribeiro, Marcelo Tavares, Márcia

Marinho, Pavão Filho, Penaldon Jorge, Rigo Teles, Rubens Pereira Júnior, Valdevino Cabral, Valdinar Barros e Victor Mendes, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão determinando a leitura do texto bíblico, do resumo da Ata da Sessão anterior, que foi considerada aprovada, do expediente que foi encaminhado à publicação e concedeu a palavra aos Deputados: Valdevino Cabral, Valdinar Barros, Rubens Pereira Júnior, Rigo Teles, Chico Leitoa, Alberto Franco, Edivaldo Holanda, Penaldon Jorge e Pavão Filho. Não houve “Quorum” regimental para apreciar a matéria constante da Ordem do Dia que ficou transferida para a próxima Sessão Ordinária. Nos termo do art. 107 do Regimento Interno foi incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão o Requerimento nº. 003/10. No primeiro horário do Grande Expediente ouve-se o Deputado Edivaldo Holanda. No tempo destinado ao Bloco Parlamentar Progressista - BPP ouviu-se a Deputada Graça Paz e o Deputado Chico Leitoa e pelo Bloco Parlamentar Democrático - BPD não houve orador indicado pela Liderança. No Expediente Final não houve oradores inscrito. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a Sessão determinando que fosse lavrada a presente ata, que lida e considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manoel Bequimão em São Luís, 04 de fevereiro de 2010.

#### **Ata da Centésima Trigésima Segunda Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia trinta de novembro do ano de dois mil e nove.**

Presidente Senhor Deputado Marcelo Tavares.  
Primeiro Secretário em exercício, Senhor Deputado Marcos Caldas.  
Segundo Secretário, em exercício, Senhor Deputado Victor Mendes.

Às dezesseis horas, presentes os Senhores Deputados: Arnaldo Melo, Antônio Carlos Bacelar, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Chico Leitoa, Cleide Coutinho, Edivaldo Holanda, Fábio Braga, Helena Barros Heluy, Janice Braide, João Batista, Marcelo Tavares, Marcos Caldas, Pavão Filho, Penaldon Jorge, Rigo Teles, Rubens Pereira Júnior e Victor Mendes. Ausentes: Afonso Manoel, Alberto Franco, Antônio Pereira, Camilo Figueiredo, Carlos Filho, Domingos Paz, Eliziane Gama, Fátima Vieira, Francisco Gomes, Gardênia Castelo, Graça Paz, Hélio Soares, Irmão Carlos, Joaquim Nagib Haickel, João Evangelista, José Lima, Jura Filho, Manoel Ribeiro, Márcia Marinho, Nonato Aragão, Paulo Neto, Stênio Rezende, Valdevino Cabral e Valdinar Barros, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão. “Em nome do povo e invocando a proteção de Deus”. Em seguida, determinou a leitura do texto bíblico, da Ata da Sessão anterior, que foi considerada aprovada e do seguinte expediente: Projeto de Lei nº. 249/09, da Deputada Eliziane Gama, que considera de utilidade pública a Associação das Donas de Casa do Bairro Alonso Costa – ADCBAC, com sede e foro no Município de São José de Ribamar, no Estado do Maranhão; Projeto de Lei nº. 250/09, encaminhado pela Mensagem Governamental nº. 099/09, que dispõe sobre a denominação da ponte sobre o Rio Tocantins e da avenida que dá acesso à referida ponte, em Imperatriz, e da avenida que interliga a BR-010 à referida ponte. Veto Total Projeto de Lei nº. 088/09, que obriga a utilização da Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS na veiculação de publicidade oficial; Veto Total ao Projeto de Lei nº 118/09, que dispõe sobre o sistema de revista nos estabelecimentos prisionais do Estado do Maranhão; Veto Total ao Projeto de Lei nº 137/08, que dispõe sobre o Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos e do Selo de Qualidade Estadual de Turismo; Veto Total ao Projeto de Lei nº 079/09, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 8.884 de 2008. Medida Provisória nº. 065/09, encaminhada pela Mensagem nº. 106/09, que institui o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Maranhão. Projeto de Decreto



Legislativo nº. 011/09, do Deputado Rubens Pereira Júnior, que concede a Medalha Manoel Bequimão ao atleta “Kleber João Boas Pereira”. Projeto de Resolução Legislativa nº. 024/09, do Deputado Pavão Filho, que acrescenta o parágrafo único ao art. 23 do Regimento Interno deste Poder, para disciplinar o mandato dos Membros das Comissões Permanentes. Requerimento nº 404/09, da Deputada Márcia Marinho, solicitando que sejam justificadas as suas ausências plenárias no período de 23 a 27 de novembro por motivo de tratamento de saúde conforme atestado médico anexo. Indicações nºs. 770, 771, 772 e 773/09, do Deputado Jura Filho, ao Superintendente do Núcleo de Programas Especiais da Secretaria de Estado da Agricultura – NEPE, o Senhor César Rodrigues Viana, ao Diretor Presidente da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, Senhor Carlos Augusto Leone Piane, solicitando que seja implantada a Rede de Distribuição Rural de energia elétrica na região do Juçara nos Municípios de Estreito e Codó; Indicação nº 774/09, do Deputado Fábio Braga, a Governadora do Estado, Senhor Roseana Sarney, solicitando que autorize o Secretário de Estado da Segurança Pública, Deputado Raimundo Cutrim disponibilização de uma viatura tipo camionete para dar apoio a Polícia Militar nos Municípios Vargem Grande e Nina Rodrigues. Não havendo mais matéria sobre a Mesa para leitura o Senhor Presidente deferiu as indicações acima mencionadas e encaminhou o expediente à publicação. Inscrito no Pequeno Expediente, ouviu-se o Deputado Rigo Teles destacando a realização do I Salão de Turismo do Maranhão, pelo Governo do Estado, na semana passada, no Multicenter Sebrae, em São Luís. Ele destacou a importância do evento que evidenciou o potencial turístico dos Municípios como Barra do Corda, Grajaú, Formosa da Serra Negra, Arame, Itaipava do Grajaú, Sítio Novo, Genipapo dos Vieiras, Fernando Falcão e vários outros. Continuando, relatou a visita que fez ao Município de Presidente Dutra, onde participou da inauguração de várias obras nas zonas rural e urbana, acompanhando a prefeita Irene Soares. Em seguida ouviu-se o Deputado Edivaldo Holanda citou reportagem publicada na edição desta segunda-feira do Jornal “O Imparcial” revelando que, das mais de 200 Escolas Comunitárias existentes em São Luís, apenas 20 foram beneficiadas este ano com recursos do FUNDEB. Após a leitura do artigo, ele ressaltou que as escolas comunitárias funcionam como um braço dos governos municipal, estadual e federal, e mesmo de forma precária atuam nas comunidades esquecidas pelo poder público, garantindo, de forma limitada, o direito constitucional da educação. Em seguida, o parlamentar pediu o apoio de seus colegas para a aprovação da emenda de sua autoria, ao Orçamento do Estado, que transfere da Secretaria de Estado da Comunicação R\$ 5 milhões, para atender as escolas comunitárias. Finalizando o tempo do Pequeno Expediente, o Deputado Rubens Pereira Júnior defendeu o Projeto de Decreto Legislativo concedendo a Medalha Manoel Bequimão, maior honraria concedida por este Poder, a um maranhense que muito destaca o nome deste Estado, um dos maiores esportistas da atualidade maranhense, o atleta Kleber João Bosco Pereira, jogador do Santos Futebol Clube de São Paulo. Na justificativa de seu projeto, o Deputado traçou a biografia do atleta maranhense, que nasceu em Perimirim, iniciou sua carreira no time de Júnior hoje do Cruzeiro do Anil, posteriormente foi para o Moto de São Luís e depois para o Clube Atlético Paranaense, onde além de campeão estadual, sagrou-se campeão brasileiro de 2001. Não havendo mais oradores inscritos neste turno dos trabalhos, o Senhor Presidente declarou aberta a Ordem do Dia anunciando que não havia “quorum” regimental para apreciar a matéria que ficou transferida para a próxima Sessão Ordinária. A Mesa Diretora deferiu os Requerimentos nºs. 401/09, de autoria do Deputado Edivaldo Holanda, ao Secretário de Estado da Educação, solicitando que encaminhe a este Poder, informações, sobre o processo de contratação de serviços de fornecimento de alimentação pronta (quentinhas), com essa secretaria e 402/09, de autoria do Deputado Edivaldo Holanda ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando informações referentes a contratação de serviços de preparo, transporte e distribuição de refeições e fornecimento de café, com essa secretaria. Nos termos do art. 107 do

Regimento Interno foram incluídos na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária o Veto Parcial ao Projeto de Lei de Conversão nº. 002/09, as Medidas Provisórias nºs. 059, 060 e 061/09, o Projeto de Lei nº. 154/09 e o Requerimento nº. 404/09. No primeiro horário do Grande Expediente não houve orador inscrito. No tempo destinado ao Bloco Parlamentar Democrático – BPD, não houve orador indicado pela Liderança. Pelo Bloco Parlamentar Progressista – BPP falou o Deputado Edivaldo Holanda para criticar a determinação do Secretário de Segurança Pública, Deputado Raimundo Cutrim, de transferir os presos provisórios do Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas para as delegacias de polícia de São Luís. O Líder da oposição considerou a medida absurda e que poderá provocar mais uma greve dos policiais civis. Ele lembra que, recentemente, todas as delegacias de São Luís estavam lotadas de presos provisórios, tirando dos delegados, dos escrivães e dos agentes da Polícia Civil, a tranquilidade de exercer, constitucionalmente, o trabalho de investigação e auxílio ao Poder Judiciário. No Expediente Final não houve orador inscrito. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, encerrou a Sessão determinando que fosse lavrada a presente ata, que lida e considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manoel Bequimão em São Luís, 30 de Dezembro de 2009. Deputado Marcelo Tavares - Presidente. Deputado Marcos Caldas - 1º Secretário em exercício. Deputado Victor Mendes - 2º Secretário, em exercício.

**Ata da Centésima Trigésima Terceira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia primeiro de dezembro do ano de dois e mil e nove.**

Presidente Senhor Deputado Marcelo Tavares.  
Primeiro Secretário Senhor Deputado Antônio Pereira.  
Segundo Secretário Senhor Deputado Valdinar Barros.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os Senhores Deputados: Afonso Manoel, Alberto Franco, Antônio Pereira, Arnaldo Melo, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Carlos Filho, Chico Leitoa, Cleide Coutinho, Domingos Paz, Edivaldo Holanda, Eliziane Gama, Fábio Braga, Fátima Vieira, Francisco Gomes, Gardênia Castelo, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Irmão Carlos, Janice Braide, Joaquim Nagib Haickel, João Batista, Jura Filho, Manoel Ribeiro, Marcelo Tavares, Márcia Marinho, Marcos Caldas, Nonato Aragão, Paulo Neto, Pavão Filho, Penaldon Jorge, Rubens Pereira Júnior, Stênio Rezende, Valdevino Cabral, Valdinar Barros e Victor Mendes. Ausentes: Antônio Carlos Bacelar, João Evangelista, José Lima e Rigo Teles, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão. “Em nome do povo e invocando a proteção de Deus”. Determinou a leitura do texto bíblico, do resumo da Ata da Sessão anterior, que foi considerada aprovada, e do seguinte expediente: Medida Provisória nº 066/09, encaminhada pela Mensagem nº. 107/09, que cria o Programa de Incentivo às Atividades Industriais e Tecnológicas no Estado do Maranhão - PROMARANHÃO”. Requerimento nº. 405/09, da Deputada Helena Barros Heluy, solicitando que seja inserido, nos Anais da Casa e publicado no Diário da Assembléia, o artigo da lavra de Frei Betto intitulado O Corruptômetro, publicado no jornal O Imparcial, do dia 29 de novembro do corrente ano; Requerimento nº 407/09, do Deputado Antônio Pereira, solicitando que seja discutido e votado em regime de urgência, o Projeto de Lei nº. 250/09, capeado pela Mensagem nº. 099/09, que denomina Dom Felipe Gregory a ponte sobre o Rio Tocantins, bem como Padre Luis de França Moreira, a Avenida que interliga a referida ponte à BR – 010. Indicações nºs. 775, 776, 777, 778 e 779/09, do Deputado Fábio Braga, ao Coordenador Estadual do Programa Luz Para Todos, Senhor Luiz Adriel Vieira Neto, solicitando as obras de eletrificação rural dos Povoados Massangano dos Vianos e Mirinzal, no Município de Barreirinhas; Bacuri, no Município de Igarapé do Meio; Engenho Velho, Barra Nova, Brejinho, Brejo Velho, Remédio, Cumbri, Grade, Porteira, Piquí e Vila São



Bernardo, no Município de Vargem Grande; Barra do Riacho, no Município de Sucupira do Norte; Barra do Rio Preto e Boa Hora, no Município de Nina Rodrigues; Indicação nº. 780/09, do Deputado Pavão Filho, a Governadora do Estado do Maranhão, Senhora Roseana Sarney, solicitando a posse dos novos integrantes do Conselho Estadual da Juventude – CEJOVEM; Indicação nº. 781/09, do mesmo Deputado a Governadora do Estado do Maranhão, solicitando especial atenção quanto à estrutura para funcionamento do Conselho Estadual da Juventude – CEJOVEM, assim como atualização da Legislação que Disciplina o CEJOVEM; Indicação nº. 782/09, do mesmo autor, a Governadora do Estado, Senhora Roseana Sarney, com cópia ao Secretário de Estado da Saúde, Deputado Ricardo Murad, bem como, a todos os Secretários Municipais de Saúde do Estado do Maranhão, solicitando a criação de um banco de dados sobre os Agentes de Combate às Endemias do Estado do Maranhão. Não havendo mais matéria sobre a Mesa para leitura o Senhor Presidente deferiu as indicações acima mencionadas e encaminhou o expediente à publicação. Inscrito no Pequeno Expediente, o Senhor Deputado Stênio Rezende reforçou as críticas já feitas na administração do Prefeito de Vitorino Freire, Ribamar Rodrigues. Ele lembrou que as várias vezes usou a tribuna para denunciar os desmandos desse prefeito, denunciando que no início do ano, o Prefeito de Vitorino Freire, antes mesmo de assumir o cargo, havia comprado quatro caminhonetes. Posteriormente, denunciou que o prefeito havia comprado mais 25 caminhonetes para ele e para sua família. No momento, ele voltou para afirmar que atualmente a quantidade de carros adquiridos pela família do prefeito tornou-se incontável, inclusive há dois filhos seus que têm uma frota de carros alugada para a Prefeitura. Além disso, o Parlamentar acusou a administração municipal de Vitorino Freire de tirar proveito político de projetos organizados por outros Poderes, citando por exemplo o casamento comunitário, realizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Ele garantiu ainda, que essas denúncias serão levadas ao Ministério Público Eleitoral para que tome as providências e que o Prefeito de Vitorino Freire e sua família entendam que a cidade tem leis, e estas precisam ser respeitadas. Em seguida o Deputado Francisco Gomes elogiou a governadora Roseana Sarney pelo lançamento do programa “Meu Primeiro Emprego”, que tem por objetivo facilitar o ingresso de jovens no quadro das empresas, mediante a oferta de uma espécie de estágio laborial. Ele louvou essa iniciativa, e disse que todo governo deveria se preocupar em combater o desemprego, criando as condições para o ingresso no mercado de trabalho. Explicou como o Programa vai funcionar e destacou esta como sendo uma das mais importantes medidas do Governo Roseana Sarney no campo social, em razão do poder de desagregação que o desemprego representa para o ser humano e para a sociedade. Posteriormente o Deputado Edivaldo Holanda usou a Tribuna para prestar solidariedade aos policiais civis que entraram em greve, por 48 horas, para protestar contra a decisão do secretário de Segurança, Raimundo Cutrim, de transferir os presos do Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas, para 11 das 12 delegacias de São Luís. O Líder da Oposição lembrou que os Deputados da base governista atual, usaram várias vezes a tribuna para criticar o ex-governador Jackson Lago, por mandar construir centros de ressocialização de presos. Entretanto, todos reconhecem que essa medida foi a salvação do sistema de segurança pública da capital, assim, todos os presos que viviam amontoados nos 12 distritos policiais foram transferidos para o Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas. Nas suas críticas quanto a atuação do sistema de segurança pública, o Deputado Edivaldo Holanda, garantiu que o Governo está prestes a devolver recursos do PRONASCI, porque não conseguiu tocar todos os projetos exigidos pelo Governo Federal, pois, deixou de investir R\$ 90 milhões na construção de presídios, que haviam sido anunciados para os Municípios de Pinheiro, Viana, Balsas, Bacabal e Imperatriz. O Líder da Oposição criticou a Governadora Roseana Sarney em função do anúncio da construção celas dentro das delegacias de polícia da capital, para abrigar apenas dois presos em cada uma, considerando esta medida como sendo retrocesso no sistema de segurança pública do

Estado do Maranhão. Continuando com o tempo do Pequeno Expediente o Deputado Chico Leitoa voltou a denunciar a Prefeitura de Timon pelo não cumprimento da legislação federal, que determina a efetivação dos agentes comunitários de saúde. Ele relatou que em função disso, os profissionais da saúde de Timom fizeram novo protesto contra a prefeita Socorro Waquim, que várias vezes determinou datas para efetivar os agentes comunitários de saúde, mas não cumpriu a promessa, o que levou os profissionais às ruas para protestar contra o município. Com a palavra o Deputado Penaldo Jorge denunciou que a Câmara de Vereadores de Presidente Sarney, por determinação do prefeito daquele município, estaria tentando recolocar em votação uma prestação de contas de sua gestão, referente ao exercício financeiro de 2004. Ele explicou que essas contas já foram apreciadas e aprovadas pelo Legislativo Municipal. Na avaliação deste Parlamentar por trazer essa ação tem a intenção de prejudicar a sua candidatura à reeleição em 2010, ou seja, alguém com esse interesse estaria tentando reviver a prestação de contas do exercício de 2004. Ele concluiu suas palavras justificando que levou o assunto à tribuna da Assembléia para que os demais Deputados possam tomar conhecimento antes que pessoas politicamente interessadas divulguem matéria a respeito na imprensa. Em seu turno o Deputado Domingos Paz destacou a realização de um encontro para divulgar crescimento da produção de mel, uma atividade ainda pouco explorada no Maranhão. O Parlamentar citou que a atividade foi tema de um encontro na Cidade de Santa Luzia do Paruá, organizado pela Confederação Nacional de Agricultura e o SEBRAE e que contou com a participação de várias Entidades, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e representantes da Câmara de Vereadores de Santa Luzia do Paruá. O parlamentar disse que ficou surpreso com o desempenho da atividade na região, principalmente Santa Luzia do Paruá, hoje denominada a capital do mel. O orador enfatizou também que município produz atualmente mais de mil toneladas de mel, apesar das dificuldades vivenciadas pelas famílias, que deixaram a agricultura, em decadência, e passaram a desenvolver a atividade da apicultura. Informou ainda, que o Brasil ocupa a 9ª posição na produção de mel e que o Maranhão está entre os Estados que mais produzem. Por sua vez, ouviu-se a Deputada Graça Paz para ressaltar a data que é comemora o “Dia de combate a AIDS”. Ela destacou o dia 27 de novembro, como o “Dia Internacional do Combate ao Câncer” e disse que essas datas servem também para que se faça uma reflexão acerca da saúde no País. Registrou o aumento na quantidade de diagnóstico de pessoas soropositivas nas capitais do País. Em seguida, a parlamentar comentou sobre a audiência pública sobre Segurança Pública, que aconteceu no Município de Presidente Dutra, e que contou com a participação de representantes do Poder Legislativo Estadual, Poder Judiciário, Ministério Público, sociedade civil organizada, além do secretário estadual de Segurança, Raimundo Cutrim e de prefeitos e vereadores da Região dos Cacaís. Ela lembrou que recentemente esteve na tribuna da Casa alertando sobre o aumento no número de assaltos na região, a pedido de vereadores dos Municípios de Dom Pedro, Santo Antônio dos Lopes, Fortuna, Codó e Coroatá e comentou sobre a maneira audaciosa como os bandidos estão agindo no município vizinho de Governador Archer Com a palavra o Deputado Alberto Franco protestou contra a transferência do Policiamento Independente de Cururupu para o Município de Mirinzal. O Parlamentar classificou medida como sendo incoerente, argumentando que Cururupu é a cidade pólo administrativa do Litoral Ocidental, por estar estrategicamente localizada no centro das demais cidades. Na sua avaliação a Cidade de Mirinzal merece ter um batalhão de policiamento, pois seus cidadãos, também, têm direito à proteção. No entanto, a medida correta seria ampliar o quadro de policiamento de Mirinzal e não retirar o contingente policial de Cururupu. Visando solucionar a questão, o Parlamentar apelou à Governadora do Estado Roseana Sarney, para que não aceite essa determinação e encontre outra forma de solucionar esse problema. Finalizando o tempo do Pequeno Expediente a Deputada Helena Barros Heluy fez alguns registros: primeira ela se associou às palavras da Deputada Graça Paz quando fez o registro do Dia Internacional de



Combate as Doenças Sexualmente Transmissíveis, incluindo AIDS, vírus HIV. Em seguida, a parlamentar registrou que na data de ontem foi comemorado em São Luís os vinte anos do Grupo Solidariedade é Vida e justificando requerimento que encaminhou à Mesa, parabenizando o Grupo, que tem como slogan: construindo histórias e entrelaçando vidas. Ela refletiu sua importância do grupo, principalmente com relação a luta, ao combate, as causas que levam as pessoas a serem portadoras deste vírus. E destacou a atuação do grupo na figura da irmã Mônica, uma canadense que deixa sua terra e seu lugar e vem prestar um serviço voluntário a esta causa no Maranhão. Na Ordem do Dia foram aprovados: em único turno o Parecer nº. 289/09, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, favorável à nova redação da Proposta de Emenda Constitucional nº 009/07, de autoria do Deputado Joaquim Nagib Haickel, Francisco Gomes, Rubens Pereira Júnior, Marcelo Tavares, Pedro Veloso, Penaldon Jorge e Victor Mendes, que acrescenta dispositivos à Constituição do Estado do Maranhão. A referida Proposta de Emenda foi encaminhada à promulgação. Em único turno, votação nominal, foi apreciado o Veto Parcial ao Projeto de Lei de Conversão nº. 002/09, que dispõe sobre a extinção do subsídio pago aos servidores do Grupo Ocupacional Atividades de Apoio Administrativo e Operacional – ADO, recomposição dos subsídios dos servidores do Grupo Auditoria Geral, dos Defensores Públicos, dos Membros da Polícia Militar do Maranhão e do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, dos vencimentos dos Grupos Ocupacionais Atividades do Meio Ambiente e Recursos Naturais, Atividades de Defesa Agropecuária, Atividades Metrológicas e de Atividades Artísticas e Culturais e Institui o Adicional de Qualificação – AQ para os servidores do Grupo Atividades de Nível Superior. Posto em votação, de acordo com a chamada nominal dos presentes, constatou-se que o veto foi mantido por 13 votos, a saber: votaram contra o veto os Deputados: Camilo Figueiredo, Cleide Coutinho, Chico Leitao, Domingos Paz, Edivaldo Holanda, Gardênia Castelo, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Irmão Carlos, Marcelo Tavares, Pavão Filho, Rubens Pereira Júnior e Valdinar Barros. Votaram contra o veto os Deputados: Afonso Manoel, Alberto Franco, Antônio Pereira, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Fátima Vieira, Francisco Gomes, Janice Braide, Joaquim Nagib Haickel, João Batista, Jura Filho, Manoel Ribeiro, Márcia Marinho, Marcos Caldas, Paulo Neto, Penaldon Jorge e Valdevino Cabral. Nesta votação registrou-se as ausências dos Deputados Antônio Carlos Bacelar, Arnaldo Melo, Carlos Filho, Eliziane Gama, Fábio Braga, Hélio Soares, João Evangelista, José Lima, Nonato Aragão, Rigo Teles, Stênio Rezende e Victor Mendes. Em único turno, regime de urgência, foram aprovados: Projeto de Lei nº. 154/09, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a Instituição do Portal da Transparência do Estado do Maranhão e disponibiliza acesso, para todos os cidadãos das Comissões de Constituição, Justiça e Redação Final e Projeto de Lei nº. 155/09, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação da Rede Estadual de Agentes da Capacitação dos Servidores - REACS. Encontrava-se em discussão o Projeto de Lei de Conversão nº 003/09, que trata sobre vencimento dos servidores do Grupo Ocupacional Magistério, quando foi constatada a falta de “quorum” regimental para apreciar a matéria que foi transferida para a próxima sessão ordinária, assim como o restante da matéria constante da Ordem do Dia. Sob deliberação da Mesa Diretora deferido o Requerimento nº. 404/09, de autoria da Deputada Márcia Marinho, solicitando que sejam justificadas suas ausências plenárias no período de 23 a 27 de novembro por motivo de tratamento de saúde, conforme atestado médico anexo. Sendo indeferido pela Mesa, contra o voto do Presidente Deputado Marcelo, o Requerimento nº 405/09 da Deputada Helena Barros Heluy, solicitando que seja inserido, nos Anais desta Casa e publicado no Diário da Assembleia, o artigo da lavra de Frei Betto intitulado O Corruptômetro, publicado no jornal O Imparcial. Após esta manifestação da Mesa, a Deputada Helena Barros Heluy, autora do requerimento recorreu dessa decisão ao Plenário, tendo o Senhor Presidente acatado o referido pleito e determinado sua inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão

Ordinária. Nos termos do art. 107 do Regimento Interno foram incluídos na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária os Requerimentos nºs. 407 e 408/09. No primeiro horário do Grande Expediente não houve orador inscrito. No tempo destinado ao Bloco Parlamentar Progressista – BPP falaram as Deputadas Eliziane Gama e Helena Barros Heluy. A Deputada Eliziane Gama subiu a tribuna para destacar as últimas ações da CPI, criada para investigar denúncias de pedofilia e abuso sexual. A Deputada, presidente da CPI lembrou que a comissão, que tem como um dos objetivos, garantirem os direitos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente está cumprindo seu papel investigador e continuará investigando casos de abuso, mas também tudo que se refere à garantia de direitos da infância. Quanto as denúncias que envolvem o atual Prefeito de Pirapemas, Elizeu Moura, a parlamentar ressaltou que a CPI vai lutar para garantir vida e dignidade para os filhos de duas jovens que, segundo seu próprio depoimento, na época do abuso tinham entre 15 e 16 anos, cujas crianças vivem em condições precárias. Nesse sentido, a Deputada garantiu que a comissão deve cobrar do prefeito o reconhecimento de paternidade, pois a legislação brasileira define que os filhos devem ter condição de vidas semelhantes a dos pais. Ela disse ainda que já providenciado a convocação do prefeito para expor a sua posição em relação aos fatos apresentados em depoimento à CPI pelas duas jovens. Em aparte a Deputada Graça Paz elogiar o trabalho da presidente da CPI e frisou a necessidade de apoio da Justiça. Em seguida a Deputada Helena Barros Heluy estranhou a decisão da Mesa de indeferir seu requerimento solicitando a publicação no Diário da Assembleia do artigo da lavra de Frei Betto intitulada O Corruptômetro. Mas disse que deixaria para tratar do assunto em outra oportunidade, e usou este tempo para noticiar a realização, no Colégio Dom Bosco, do Tribunal Popular do Judiciário na sua etapa estadual, a derradeira em termos de atividades deflagradas no segundo semestre. Segundo a Deputada, cinco caravanas regionais do Tribunal Popular do Judiciário realizadas nos Municípios de Santa Quitéria, Imperatriz, Bacabal, Santa Inês e Presidente Dutra, envolvendo cerca de 50 municípios, colhendo depoimentos, provas documentais e cópias de processos que tratam da violação dos direitos por ausência, omissão ou conivência do Poder Judiciário. Ela explicou que o Tribunal promovido pela Cáritas Brasileira Regional Maranhão, junto a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Regional Nordeste, junto a organizações e entidades da sociedade civil, teve início em junho quando foi lançado o Tribunal Popular do Judiciário, no auditório da OAB, oportunidade em que, nem mesmo os organizadores, os criadores dessa iniciativa, tinham a dimensão do que se tornaria esse grande e pleno exercício de mobilização social e de denúncia. A etapa estadual do Tribunal Popular do Judiciário culminou com a Marcha por Justiça de Verdade, que fez o percurso entre o Ginásio do Colégio Dom Bosco e a Avenida Pedro II, em frente ao Tribunal de Justiça onde foi realizado ato público para expressão dos sentimentos dos participantes, feitas reivindicações e apresentadas denúncias que chegaram ao Tribunal Popular do Judiciário. Concluindo o tempo do Bloco Parlamentar Progressista, o Deputado Valdinar Barros leu documento que lhe foi entregue pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Arame José Torres de Souza. Segundo o parlamentar petista, o documento relata várias irregularidades existentes na área educacional daquele município, e ratifica reportagem exibida pela Rede Globo, no mês passado, mostrando a situação precária de uma escola da zona rural do Município de Arame. O documento rechaça ainda, a tentativa do Deputado Rigo Teles, apadrinhado do Prefeito João Menezes de Sousa, de desmentir essa denúncia alegando que se tratava de uma reportagem antiga, e que aquela situação já teria sido resolvida. Neste sentido, o documento relata que após a reportagem o prefeito alugou uma casa com dois pequenos cômodos para funcionar a escola, mandou 20 carteiras, um filtro de água e comprou um terreno para a construção da escola, que somente foi iniciada depois da denúncia. Nesta oportunidade verificou-se que não havia “quorum” suficiente dar prosseguimento a sessão que foi encerrada, na forma do Regimento Interno (art. 95, inciso III). Para constar, foi lavrada a presente ata, que



lida e considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manoel Bequimão em São Luís, 01 de Dezembro de 2009. Deputado Marcelo Tavares - Presidente. Deputado Antônio Pereira - 1º Secretário. Deputado Valdinar Barros - 2º Secretário.

**Ata da Centésima Trigésima Quarta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Sexta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia dois de dezembro do ano de dois mil e nove.**

Presidente Senhor Deputado Marcelo Tavares.  
Primeiro Secretário Senhor Deputado Antônio Pereira.  
Segundo Secretário Senhor Deputado Valdinar Barros.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os Senhores Deputados: Afonso Manoel, Antônio Pereira, Arnaldo Melo, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Chico Leitoa, Cleide Coutinho, Edivaldo Holanda, Fábio Braga, Fátima Vieira, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Irmão Carlos, Janice Braide, Joaquim Nagib Haickel, João Batista, Manoel Ribeiro, Marcelo Tavares, Márcia Marinho, Marcos Caldas, Nonato Aragão, Paulo Neto, Rigo Teles, Rubens Pereira Júnior, Stênio Rezende, Valdevino Cabral, Valdinar Barros e Victor Mendes. Ausentes: Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Carlos Filho, Domingos Paz, Eliziane Gama, Francisco Gomes, Gardênia Castelo, João Evangelista, José Lima, Jura Filho, Pavão Filho e Penaldon Jorge, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão: “Em nome do povo e invocando a proteção de Deus”. A seguir, efetuou-se a leitura do texto bíblico, do resumo da Ata da Sessão anterior, que foi considerada aprovada, e do seguinte expediente: Projeto de Lei nº. 248/09, das Deputadas Cleide Coutinho, Graça Paz e os Deputados Carlos Braide, Jura Filho e Carlos Filho, que dispõe sobre o subsídio do Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado para o exercício do ano que vem; 251/09, do Deputado Marcos Caldas, que considera de utilidade pública o Instituto Águia – IAG, com sede e foro no Município de São Luís. Projeto de Resolução Legislativa nº. 025/09, do Deputado Manoel Ribeiro, que concede Título de Cidadão Maranhense, ao Deputado Valdevino Cabral, natural do Estado do Ceará. Requerimento nº. 372/09, da Deputada Helena Barros Heluy, que sejam enviadas as condolências desta Casa à CNBB – NE 5 e à Diocese de Viana, nas pessoas do Padre Flávio Lazzarin e Dom Xavier Gilles, respectivamente, Secretário-Executivo do Regional Nordeste V e bispo da Diocese de Viana, pelo falecimento do Monsenhor Eider Furtado da Silva, no referido município, dia 09 último; Requerimento nº. 408/09, dos Deputados Manoel Ribeiro e Alberto Franco, solicitando que seja discutido e votado, em regime de urgência, em uma Sessão Extraordinária, o Projeto de Lei Complementar nº 007/09 e Projeto de Lei nº 176/09, ambos de autoria do Poder Judiciário; Requerimento nº. 409/09, do Deputado Carlos Alberto Milhomem, solicitando que seja discutido e votado, em regime de urgência, em uma Sessão Extraordinária, os Projetos de Lei nºs: 218/09; 230/09 e 231/09, todos de autoria do Poder Executivo; Requerimento nº. 410/09, da Deputada Helena Barros Heluy, encaminhando mensagens de congratulações deste Poder ao Grupo Solidariedade é Vida pelo transcurso dos 20 anos de sua fundação; Requerimento nº 411/09, do Deputado Valdinar Barros, solicitando que seja feita a instalação da Seção Itinerante da Assembléia Legislativa do Maranhão no Município de Imperatriz. Indicação nº. 783/09, do Deputado Marcos Caldas, reiterando solicitação no sentido de atender, com o sistema de abasabecimento de água potável a 60 famílias residentes no Povoado Quebra Pote, na Zona Rural de São Luís; Indicação nº: 784/09, da Deputada Gardênia Castelo, a Governadora do Estado do Maranhão, Senhora Roseana Sarney, solicitando que seja remetida a esta Casa o Projeto de Lei que institui a dispensa da taxa de inscrição, para o candidato que apresentar documento comprobatório de sua condição de doador regular de sangue; Indicação nº. 785/09, do Deputado Jura Filho, ao Secretário de Estado da Infraestrutura, Senhor Max Barros, solicitando a recuperação da

Rodovia MA-106, que liga o Porto do Cujupe à Cidade de Alcântara e Indicação nº. 786/09, do Deputado Arnaldo Melo, a Governadora do Estado, Senhora Roseana Sarney, solicitando a implantação no Programa de Desenvolvimento do Estado a inclusão do Projeto de Transposição da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba para o Rio Itapecuru. Não havendo mais matéria sobre a Mesa para leitura o Senhor Presidente deferiu as indicações acima mencionadas e encaminhou o expediente à publicação e concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rigo Teles que destacou a realização de audiência pública sobre segurança no Município de Presidente Dutra, cujo evento reuniu promotores, juízes, delegados, sociedade civil organizada, além de prefeitos e vereadores de toda a região dos Cocais e da região Central do Maranhão. Na oportunidade, conforme o Parlamentar, o Secretário de Estado da Segurança Pública, Deputado Raimundo Cutrim, fez sua exposição e debateu com a população sobre a situação do setor, informando que até a próxima semana entregará várias viaturas e alguns computadores para a regional de Presidente Dutra e que serão nomeados mais dois delegados para essa região, que atende cerca de 17 Municípios. Em seguida, o Deputado Stênio Rezende ocupou a tribuna para destacar o livro intitulado: “Os Caminhos da Soja até o Maranhão”, de autoria da jornalista gaúcha Cristine Kayser da Silva. Ele explicou que, o livro lhe foi enviado pela família do casal Leonardus Josephus Philepsen e Wihelmina Antonia Stapelbroek, pioneiros no plantio de soja na Cidade de Balsas e retrata, com riqueza de detalhes, fotos e imagens, toda a história do cultivo da soja no Estado do Maranhão quando a família chegou ao Município de Balsas. Por fim, o Parlamentar sugeriu que a Mesa Diretora da Assembléia adquira exemplares do referido livro para ser distribuídos entre os deputados com assento na Casa, e outras autoridades, principalmente às ligadas à Secretaria de Estado da Agricultura. Com a palavra o Deputado Edivaldo Holanda destacou a fuga de cinco presos da Delegacia de Roubos e Furto, divulgada na imprensa local, condenando a atuação do sistema de segurança Pública do Estado. Ele alertou que a mais nova fuga de presos representa uma ameaça para a sociedade e explicou que voltou a falar no tema porque os policiais civis anunciaram greve de advertência de 48 horas, contra a decisão do Governo do Estado de trazer os presos de volta do Centro de Ressocialização para as delegacias, transformando os delegados e policiais civis em carcereiros. Ele mais uma vez advertiu o governo de que essa atitude “insana” se constitui um retrocesso inaceitável pela sociedade maranhense, cobrou a construção de novos centros prisionais em Pinheiro, Bacabal, Santa Inês, Viana, Balsas, Zé Doca e outros Municípios e afirmou que São Luís hoje é uma cidade que não tem segurança pública e que as mortes estão atropelando as pessoas diariamente. Em seguida, a Deputada Graça Paz, comentou sobre as colocações do Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF, quanto a autonomia dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O discurso foi proferido na Sessão Especial de ontem, quando foi promulgada a PEC que adéqua a Constituição Estadual à Constituição Federal e também conferida ao Ministro a Medalha do Mérito Manoel Bequimão. A Parlamentar discordou do referido ministro especialmente quando se refere a autonomia dos Poderes, reclamando do não cumprimento de algumas leis criadas por esta Casa, a exemplo da Lei que obriga os ferry boats a disporem de elevadores para cadeirantes e outra que prevê que os ônibus intermunicipais possuam detectores de metal para evitar o embarque de pessoas armadas, cujas leis não são cumpridas pelos empresários para isso alegando que esta Casa não tem legitimidade de tratar dos referidos temas. Na tribuna o Deputado Valdinar Barros cobrou do Governo do Estado à recuperação das estradas maranhenses. Ele destacou notícia publicada na imprensa local sobre a interdição da estrada entre Pinheiro e Pedro do Rosário, para protestar contra as péssimas condições da MA que liga os dois Municípios, como também foi interditada, pelas mesmas razões a MA que liga Turilândia a Governador Nunes Freire. Ele destacou ainda, que o Governo prometeu realizar serviços na estrada que liga Imperatriz a Amarante, assim, como, a estrada que liga os Municípios de Montes Altos a Sítio Novo, e um trecho da BR-010 de São Pedro da Água Branca. Entretanto, nenhuma das obras ainda não começou porque, segundo este



Parlamentar, o Governo do Estado gasta, com propaganda todos os recursos que seriam para recuperação de estradas. Referindo-se ao trecho da estrada que liga Pinheiro a Pedro do Rosário que foi interdito, como forma de pressão, para que o Governo do Estado cumpra com a promessa de fazer a obra. O parlamentar garantiu que a população já está sofrendo com a falta de diversos produtos, a exemplo do gás de cozinha, combustível e alimentos e exigiu do Governo o início das obras prometidas, em vez de gastar com propaganda. Finalizando o tempo do Pequeno Expediente a Deputada Helena Barros Heluy comentou sobre a Sessão Solene para entrega do Título de Cidadão Maranhense a Ministra Kátia Magalhães Arruda. Ela destacou que, por muito tempo, a referida Ministra, vem dedicando-se ao trabalho de proclamar direitos e fazer justiça na área trabalhista no Estado do Maranhão, além de integrar o corpo docente da Universidade Federal do Maranhão no curso de Direito. A parlamentar lembrou ainda, que a tarde deverá acontecer uma audiência pública, quando a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão terá a oportunidade de se integrar às atividades, solenidades e eventos referentes ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Quando deverá ser realizado um Fórum das entidades das pessoas portadoras de deficiência e patologia, para uma ampla discussão sobre essa realidade, além de apresentarem propostas de políticas públicas para esse segmento na expectativa de contribuírem para a construção de uma sociedade mais receptiva e tolerante com as diferenças e diversidades. Por fim, ela convidou todos os seus colegas a se fazerem presentes na sessão. Não houve “Quorum” regimental para apreciar a matéria constante da Ordem do Dia que ficou transferida para a Sessão subsequente. Nos termos do artigo 107 do Regimento Interno foram incluídos na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária os Requerimentos n.ºs. 405 409, 410 e 411/09. No primeiro horário do Grande Expediente não houve orador inscrito. No tempo destinado ao Bloco Parlamentar Democrático – BPD o Deputado Rigo Teles ocupou a tribuna para fazer a defesa do Prefeito do Município de Arame, João Menezes, criticado na sessão anterior pelo Deputado Valdinar Barros. Ele respondeu ao deputado Petista, que não existe relação de apadrinhamento entre o Deputado Rigo Teles e o prefeito João Menezes, mas sim, uma relação de apoio e reconhecimento do seu trabalho pela população de Arame. Ele assinalou ainda que, sua função no Município de Arame, assim como em outros municípios é a de levar benefícios do Governo Estadual e Federal com a participação do Deputado Federal Pedro Fernandes. Ele garantiu ainda que, recentemente o Prefeito João Menezes, determinou a licitação de cerca de 2 km e assim beneficiar centenas de pessoas residentes no morro Treze de Julho e destacou também a inauguração da Rádio FM comunitária Zutil 87,9, além da construção de quadras esportivas, estádio de futebol, instalação de energia elétrica no povoado Cocal dos Cabritos, e poço artesiano na Chapada da Dina. Pelo Bloco Parlamentar Progressista – BPP a Deputada Helena Barros Heluy leu um trecho do artigo “O Corruptômetro” de Frei Betto, que foi publicado no Jornal “O Imparcial”, no dia 29 de novembro do corrente ano. Ela justificou seu pleito argumentando que sua intenção era trazer a discussão sobre a questão da corrupção, tema impregnado nos discursos e manifestações em todas as esferas do Poder Público. Ela disse que seu pleito se fortalece com o pronunciamento de seus próprios colegas, que diariamente usam a tribuna para denunciar as várias formas de corrupção praticadas por políticos a sua proposta é que essas denúncias não fiquem apenas no campo do sensacionalismo, do campo do escândalo, sem uma reflexão mais profunda, passando uma imagem em torno de uma possível perseguição; a disputa pela disputa, não deve ser o ponto central e fundamental, ou seja, para que o discurso parte para uma prática da transparência dos atos público no País e no Maranhão. Recorreu da decisão da Mesa, por não entender a razão do indeferimento do mesmo. Em aparte, o Deputado Antonio Pereira, que fazia parte da Mesa, na sessão de anterior, quando o referido requerimento foi indeferido, pediu desculpas à Deputada por ter votado contra, reconhecendo desconhecer o teor do requerimento. Pois, a princípio pensou se tratar de algo paróquial que pudesse trazer algum constrangimento ao grupo político do qual faz parte, mas garantiu que se a autora recorrer dessa decisão, o requerimento contará com seu

voto favorável. Usando o também o tempo do BPP o Deputado Marcelo Tavares comentou a cassação do mandado do Prefeito de São João Batista Eduardo Dominice. Ele disse que não gostaria de antecipar opinião sobre a sentença, entretanto disse que acredita que um dos fatos que possam ter contribuído cassação teria sido o parentesco do Prefeito Eduardo Dominice com o ex-Governador José Reinaldo, aliado ao fato de que o vice-Prefeito que assumiu é parente do Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Na avaliação deste Parlamentar, o País está virando o momento dos derrotados, aqueles que perdem nas urnas ganham na Justiça. O Deputado lamentou a forma como o processo teria se desenrolado, onde várias partes envolvidas no processo foram comunicadas da decisão judicial, menos o prefeito afastado. O parlamentar elucidar seu discurso, o parlamentar traçou um paralelo entre o processo de cassação do ex-governador Jackson Lago, que mesmo tendo sido cassado permaneceu no cargo até que todos os recursos e prazos legais fossem esgotados, com o caso do Prefeito de São João Batista, que foi afastado prontamente do cargo. Em aparte Edivaldo Holanda o orador recebeu a solidariedade do Deputado Edivaldo Holanda, que endossou as palavras do orador que lhe antecedeu na tribuna e prosseguiu concluindo o tempo do bloco o Deputado Edivaldo Holanda defendendo a manobra que adiou a votação da mensagem governamental que estabelece o vencimento-base dos servidores da educação básica maranhense abaixo do salário mínimo. Segundo o parlamentar, a manobra é legitimada pelo regimento da Assembléia Legislativa. Ele fez a colocação respondendo à declaração do Deputado Joaquim Nagib Haickel, que havia feito um comentário afirmando que os membros da bancada de oposição ao governo do Estado teriam retirado quórum para que a matéria constante da Ordem do Dia não fosse apreciada. Então ele lembrou que na sessão anterior, o governo retirou quórum para não sofrer uma derrota Casa, sendo que a oposição usou da mesma estratégia para ganhar tempo na votação da matéria sobre os salários dos professores. No Expediente Final ouviu-se o Deputado Joaquim Nagib Haickel repercutiu a cassação do Prefeito Eduardo Dominice, fato criticado anteriormente na tribuna pela Presidente da Assembléia, Deputado Marcelo Tavares. Este parlamentar ressaltou que muitos prefeitos aliados dos ex-governadores José Reinaldo Tavares e Jackson Lago estão perdendo os cargos por decisão da Justiça Eleitoral em consequência do caos político que se instalou no Maranhão nos últimos sete anos e que a cassação do Prefeito Educaro Dominice, não aconteceu porque o prefeito cassado é sobrinho de José Reinaldo, muito menos porque o vice-prefeito é irmão do Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, segundo colocou o Deputado Marcelo Tavares. Mas sim, porque o prefeito foi afastado do cargo acusado de abuso de poder econômico, abuso de poder político, uso da máquina pública e compra de votos nas eleições municipais de 2008. Pois, se fosse esse o caso, seria simples comprovar que a cassação não tem fundamento legal e certamente logo o prefeito voltaria se reconduzido ao cargo. Além disso, independente das partes envolvidas nos processos, a Justiça tem que tomar as suas decisões. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, em exercício, Deputado Antônio Pereira, encerrou a Sessão determinando que fosse lavrada a presente Ata, que lida e considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manoel Bequimão em São Luís, 02 de Dezembro de 2009. Deputado Marcelo Tavares - Presidente. Deputado Antônio Pereira - 1º Secretário. Deputado Valdinar Barros - 2º Secretário.

---

---

**SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DOS  
TRABALHOS LEGISLATIVOS DO  
DIA 1º DE FEVEREIRO DE 2010 ÀS 16h30min.**

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO  
TAVARES

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DEPUTADO  
ANTÔNIO PEREIRA

---



O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO DEPUTADO VALDINAR BARROS

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES - Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Solene de Instalação dos Trabalhos Legislativos, da 4ª Sessão, da 16ª Legislatura. Nomeio uma comissão composta pelos Deputados Victor Mendes, Valdevino Cabral, Fábio Braga para trazer ao plenário as autoridades que comporão a Mesa e que estão no Salão Nobre desta Casa. Convido também o Deputado Antônio Pereira, a Deputada Graça Paz e a Deputada Gardênia Castelo para trazer a este Plenário o Excelentíssimo Governador, em exercício, João Alberto de Sousa. Convido todos os presentes para se postarem de pé para ouvirmos a execução do Hino Nacional, cantado pelo tenor Alessandro Batista.

*(Execução do Hino Nacional)*

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES - Concedo a palavra ao Governador do Estado do Maranhão, em exercício, Doutor João Alberto de Souza, para fazer a leitura da Mensagem Governamental.

O SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO EM EXERCÍCIO JOÃO ALBERTO DE SOUZA – Excelentíssimo Senhor Deputado Marcelo Tavares, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão; Senhor Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; Senhor Senador Edison Lobão Filho; Excelentíssimo Senhor José Mario Bittencourt Araujo, Secretário Municipal da Fazenda, aqui neste ato representando o Prefeito da cidade de São Luís, o ex-governador João Castelo; Senhor Deputado Federal Pedro Fernandes; Senhora Fátima Travassos, Procuradora Geral de Justiça; Capitão de Mar e Guerra, Calmon Bahia, Comandante da Marinha; Tenente Coronel Carlos Henrique Guedes, meu amigo Guedes, Comandante do 24º Batalhão de Caçadores; Senhor Desembargador Ribamar Froz; Senhor Vereador Ivaldo Rodrigues, representante da Câmara Municipal de São Luís; meus senhores e minhas senhoras, eu estava ouvindo o Hino Nacional, me permita, Senhor Presidente, que eu quebre o protocolo, porque nós quando começamos a envelhecer começamos a contar histórias e eu fiz com muito orgulho parte desta Assembleia como seu membro nos anos 70, eleito deputado estadual, em 1970, eu ouvia o Hino Nacional e, naquele momento, lembrava da minha época de deputado e ficava olhando todos os senhores deputados e me recordando do meu passado como deputado, lembrando dos meus amigos alguns ainda presentes na terra, e outros que Deus já levou, e verifico que daquela época nós não desistimos mais. Muitos dos meus companheiros, eu acho que todos os companheiros não fazem mais política hoje e só eu que estou sobrando. Naquela época, daquela minha época que eleito deputado estadual fui, tem ainda o Prefeito de São Luís João Castelo que foi eleito, nunca foi estadual, foi federal desde a primeira vez, eu fui estadual e ele federal, inclusive fizemos dobradinha em alguns municípios, José Sarney que foi eleito senador. Nem mais vestígio político de nenhum membro da classe política existente naquele momento. E isso dá uma reflexão muito grande para todos nós, que a nossa vida política é muito passageira e que devemos sempre estar juntos nos congraçando, nos abraçando, nos vendo juntos para a solução do Estado, porque muito cedo, às vezes, estamos tão distantes daquele momento que juntos estivemos. Mas trago uma Mensagem da governadora, eu como governador do Estado interino, passando apenas uma chuva, trago basicamente uma Mensagem da Governadora Roseana e quero lê-la, não é tão grande, mas procuro o entendimento de todos os senhores deputados e procurarei ser o mais breve possível. Acompanhado da Mensagem trago ainda um documento, também assinado por mim, em que encaminho o corpo da mensagem a todos os senhores deputados: Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

do Maranhão, Marcelo Tavares, Excelentíssimos Senhores Deputados componentes da Mesa Diretora desta Casa, Excelentíssimos Senhores Deputados e Deputadas, senhores representantes dos demais Poderes do Estado do Maranhão e demais autoridades, senhores Secretários de Estado aqui presentes, senhores servidores desta Casa e do Governo do Estado do Maranhão, Imprensa, sociedade civil que acompanha esta solenidade, senhoras e senhores. A Constituição Estadual nos obriga expor em mensagem anual a situação do Estado e os planos para o Maranhão, mas quero dizer que, não devemos fazer isso apenas por força constitucional. Devemos fazer que todo governo precisa entender que tem acima de tudo a obrigação de manter transparência em todos os seus atos. A mensagem que entregamos hoje da Senhora Governadora do Estado Roseana Sarney, traz um breve balanço dos meses recentes, em expondo a situação de como encontrou, como está, e como queremos desenvolver o nosso Estado. Senhoras e senhores, como está dito nesta mensagem, a Governadora Roseana Sarney assumiu o Governo sob grande impacto da crise financeira mundial, o impacto da calamidade deixada pelas enchentes e principalmente o impacto que era resultado de medidas equivocadas tomadas pelos seus antecessores e que afetaram profundamente as condições de governabilidade do Maranhão. Em abril de 2009, até agora, o esforço foi grande a administração estadual fez um esforço redobrado, para recuperar perdas e trazer de volta o desenvolvimento ao Estado, mas, cabe aqui relembrar algo importante que jamais pode ser esquecido, quando as chuvas caíram, no ano passado; 70.381 pessoas foram desabrigadas; eram 141.531 desalojados, 576.740 pessoas atingidas de alguma forma pela calamidade, além de 12 vítimas fatais. Somados a dor daqueles maranhenses estavam também os danos materiais, vimos a destruição e o prejuízo de grande monta em 25.635 residências; 39 prédios públicos da área da saúde inundados, e parcialmente destruídos com o mesmo ocorrendo em 155 Unidades de Ensino e mais 1.841 obras, e 28 Sedes de Entidades Comunitárias afetadas de alguma forma. Esses e outros números constam da Mensagem que entregamos hoje, a esta Casa. O que devemos alertar, é que eles nunca devem ser analisados apenas como números, mais do que números eles representam a dor daqueles maranhenses, um sofrimento que temos a obrigação de estancar. O Maranhão recebeu o apoio do Presidente Lula, que fez questão de vir até aqui para conhecer o tamanho da calamidade que nos atingia, ainda assim de uma transferência prevista da ordem de R\$ 120 milhões, do Ministério da Integração recebemos até hoje menos da metade, a crise econômica mundial também produziu enormes prejuízos a economia maranhense, não foi apenas os fatores climáticos que trouxeram perdas ao setor agrícola, ao assumirmos o governo encontramos uma grave contração de créditos para o plantio da safra 2008/2009, que afetou de forma profunda o agronegócio, especialmente na região do sul do Estado. O Maranhão enfrentou quedas significativas na venda de seus produtos, cujas receitas caíram nada menos do que 61%, entre janeiro e novembro de 2009, em relação ao mesmo período de 2008. O Maranhão também teve grande redução nos grupos alumínio, alumina e derivados, ferro fundido, aço e grãos, pagamos um preço alto por causa da retração da economia norte americana, esse quadro levou milhares de trabalhadores maranhenses ao desemprego, principalmente nos municípios de Açailândia, São Luís e Bacabeira, foram fechadas quase 7 mil vagas de empregos no Maranhão, entre os meses de novembro e dezembro de 2008, de acordo com o cadastro geral de emprego e desemprego, as finanças públicas estavam comprometidas, o Maranhão aderiu o programa emergencial de financiamento disponibilizado pelo Governo Federal, por meio da contratação da operação de crédito junto ao BNDS de R\$ 288 milhões, foram destinados a viabilizar despesas de capital com programas de investimentos, a confiança do que estava sendo feito trouxe o excelentíssimo senhor Presidente da República três vezes ao Maranhão, desde que a governadora assumiu o Governo, no dia 15 de janeiro, foi lançada a pedra fundamental da Refinaria Premium da Petrobrás, o relatório mais recente do Programa de Aceleração do Crescimento PAC, demonstra de formal cabal, o benefício da parceria deste Governo e administração Federal, temos ali investimento total



da ordem de R\$ 56 bilhões e meio para o Estado sendo R\$ 12,9 bilhões, até 2010 e 43,6 bilhões após 2010, são investimentos a serem realizados nos eixos de logísticos, energia social, urbano e saneamento. Para atender aos cidadãos que mais necessitam de atenção especial foram relançados programas como: Viva Luz e o Primeiro Emprego além deles criamos novos programas como Viva Água, Viva Terra, Viva Produção e Viva Casa para dar vida digna aos que mais precisam. Na Saúde, só tive início com o enfrentamento do déficit de leitos e de atendimentos em hospitais e ambulatórios, um grave problema que afeta os cidadãos maranhenses. A governadora Roseana Sarney determinou a criação do Programa Saúde é Vida, que prevê a construção e equipamentos de hospitais de 20 leitos em 65 municípios que não dispõem de nenhum tipo de atendimento básico. Somada a estes a construção de oito hospitais de 50 leitos, um hospital de 100 leitos de média complexidade, três hospitais de 150 leitos de alta complexidade em Caxias, em Imperatriz e em Pinheiro, um hospital de alta complexidade com 500 leitos em São Luís e 17 unidades de pronto-atendimento (UPA's). Essas últimas foram financiadas pelo Ministério da Saúde do Governo Federal. Na Educação, áreas estratégicas para a diminuição das desigualdades sociais e para atingirmos um processo de desenvolvimento econômico sustentável, lançamos o Programa Escola Viva para a melhoria da infraestrutura das escolas, capacitação e valorização dos profissionais da educação e para a adesão aos novos métodos de ensino e de capacitação para o mercado de trabalho. Destaco, entre outras ações de impacto do Programa Escola Viva, a realização de concursos com 5.320 vagas para professores de Ensino Fundamental e Médio, a realização de reforma em 188 escolas, sete em áreas indígenas, fora a construção de 89 novas escolas, além da reforma de 30 e a construção de sete faróis da educação. Essas ações beneficiaram 128 municípios do Estado. Segurança Pública: os esforços foram priorizados para modernizar e reaparelhar as Polícias Civil e Militar; além de valorizar os profissionais desse setor para que foi feito o trabalho de formação continuada e dado aumento salarial da ordem de 28%. A governadora e eu estivemos, desde o primeiro dia de trabalho, enfrentando o grande desafio de combater a criminalidade no Estado, tanto que só para reaparelhamento do sistema de segurança, foram aplicados 44 milhões para aquisição de veículos de vários tipos, entre eles quase 500 viaturas, além de armamento moderno. Houve também o aumento do efetivo da Polícia Civil, foram contratados 61 delegados, 174 escrivães, 220 investigadores, 32 médicos legistas e 30 peritos criminais. Sobre o Programa de Valorização do Servidor Público Estadual, este governo revogou a chamada Lei do Cão, resgatou a Escola de Governo do Maranhão que estava completamente sucateada. E para falar de tantas outras obras grandiosas, já iniciamos, desde abril do ano passado, a mensagem traz detalhes do Programa Viva Infraestrutura. Temos pressa para construir o Maranhão, um trabalho árduo para recuperar todas as estradas que cortam o Estado e que estavam quase intrafegáveis, isso a grande maioria. Encontramos muitas comunidades que estavam completamente isoladas, mas isso mudou, a infraestrutura também ganhou atenção especial. E como bem sabem as senhoras e os senhores, não existe setor da economia que suplante a construção, em termos de multiplicação de renda e geração de emprego. Já são aproximadamente 1.550 km de rodovias com nova pavimentação e moderna sinalização. O programa vai continuar e os recursos já estão assegurados. Senhoras e senhores, eu teria que me estender por muito mais tempo para falar ainda de programas importantes que criamos como o Viva Água, o Viva Luz, o Viva Meu Primeiro Emprego, o Viva Produção para pequenos produtores de fomentos à produção, o Viva Casa, Viva Habitar, o Programa Cuidando do Futuro para reduzir o índice de mortalidade infantil em nosso Estado, mas não pretendo me alongar no discurso. A mensagem da governadora explica muito melhor tudo o que acabo de falar de modo breve. A mensagem faz referência a todas as áreas: Saúde, Educação, Segurança, Turismo, Políticas Públicas, Indústria e Comércio, geração de emprego e renda para o maranhense. Devo dizer, diante de todos aqui presentes, que a convicção permanece e se cresce diante de desafios. Queremos tranquilizar a todos dizendo

que o Governo está distintamente obstinado na execução de um projeto estratégico com a confiança renovada. A cada dia temos muito a recuperar, temos muito a fazer para alcançar metas. Precisamos contar com o equilíbrio e harmonia entre os Poderes, o diálogo com esta Casa e com a confiança de todos. O que queremos é evidenciar a repercussão deste breve relato nas vidas das pessoas que habitam este Estado, o relato que está na mensagem da Senhora Governadora Roseana Sarney que tem um foco de uma administração voltada para o trabalho e que entende que é preciso ser incansável na missão de cuidar bem das pessoas. O resultado é visível e é o resultado do esforço de toda equipe de governo e de seus colaboradores. O relato das ações do Governo no ano de 2009 com as providências que tomamos para o futuro do nosso povo é um documento que certamente ajudará os senhores e as senhoras a acompanharem todos os atos, decisões e propostas do Governo para garantir e ampliar os investimentos para o desenvolvimento socioeconômico do Maranhão. Esta mensagem estará à disposição das senhoras e dos senhores deputados. Preciso reafirmar as palavras da Governadora Roseana sobre a importância de mantermos o diálogo com esta Casa, desde já agradecendo pela forma madura como a Assembleia acolheu, examinou e deliberou as matérias encaminhadas pelo nosso governo sob a sua presidência, Ilustre Senhor Deputado Marcelo Tavares. Confirmamos que a harmonia entre os poderes resulta sempre na melhoria da vida de nossas crianças, dos nossos jovens, adultos, idosos e das gerações que estão por vir. São estas, Senhor Presidente, as informações que eu tenho a expor, completadas e detalhadas, da mensagem que ora eu passo às mãos dos senhores deputados e das senhoras deputadas que ilustram essa Augusta Casa. Temos muito trabalho e sabemos que não há soluções milagrosas, mas o que conseguimos investir e realizar em tão pouco tempo por si só já diz muito. São mudanças que estão claramente expostas na mensagem de um governo que trouxe o trabalho de volta para definitivamente cuidar da pessoa. Muito obrigado. Eu deixo na Casa um documento no qual eu expus este momento no discurso a ser entregue aos senhores deputados. Muito obrigado e um grande abraço aos deputados do Maranhão.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES - Antes de ouvirmos o hino do Maranhão, eu gostaria de fazer breves considerações. Iniciando, agradecer ao Excelentíssimo Senhor Governador João Alberto, Governador do Estado do Maranhão em exercício, pela sua presença. Assim como o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Jamil de Miranda Gedeon; o Senhor Senador da República, Edison Lobão Filho; o Deputado Federal Pedro Fernandes; o Doutor José Mário representando o Prefeito de São Luís, João Castelo; a Senhora Maria de Fátima Travassos, Procuradora Geral de Justiça; o Senhor Vereador Ivaldo Rodrigues, que representa a Câmara Municipal; o Tenente Coronel Carlos Henrique Guedes, Comandante do 24º Batalhão de Caçadores; Capitão de Mar e Guerra Calmon Bahia, Comandante da Marinha; Desembargador Froz Sobrinho; senhores deputados e senhoras deputadas. Quero agradecer também a presença de todos, mesmo quando nós estamos tratando de uma sessão solene e não ainda de uma sessão deliberativa. Nós temos a presença de 30 deputados e deputadas e espero que este exemplo seja repetido durante este ano de 2010 para que, mesmo sendo um ano eleitoral, nós consigamos manter o ambiente de normalidade de trabalho efetivo do Poder Legislativo do Estado do Maranhão. Tenha certeza, Senhor Governador, Senhor Presidente do Tribunal, que esta Casa funcionou com equilíbrio no ano de 2009, um ano dos mais difíceis para a política do Maranhão, fazendo com que o Estado tivesse a governabilidade necessária sem nenhum atrelamento ou submissão desta Casa para que a população do Maranhão tivesse na chefia do Poder Executivo todas as condições de ver seus interesses defendidos e as suas aspirações atendidas. Por parte desta Casa não faltou apoio ao Poder Executivo, mesmo que alguns momentos nós tenhamos tido fortes opiniões, opiniões divergentes. Senhor Governador, tenho certeza de que esta Casa saberá se conduzir neste ano. Que nós tenhamos mais uma vez



um ano de democracia e de efetivo exercício da cidadania pelo povo maranhense e a certeza de que nós continuaremos caminhando no sentido de ter esse Estado cada vez mais digno para o povo maranhense. Muito obrigado a todos e gostaria de convidar o tenor Alessandro Batista para a execução do Hino do Maranhão.

*(Execução do Hino do Maranhão)*

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO TAVARES - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Solene, lembrando as senhoras deputadas e os senhores deputados da Sessão Ordinária Regimental, às 09h30min de amanhã, dia 02 de fevereiro de 2010, quando efetivamente serão reiniciados os trabalhos legislativos com as sessões ordinárias. Muito obrigado a todos.

### LEI N.º 9.118 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2010

Considera de Utilidade Pública a Federação Beneficente Cultural Soares Neto.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 6º do art. 47 da Constituição do Estado do Maranhão, PROMULGA a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica considerada de utilidade pública a Federação Beneficente Cultural Soares Neto, com sede e foro no Município de Brejo, Estado do Maranhão.

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

MANDA, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir na forma em que se encontra redigida. O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, a faça imprimir, publicar e correr.

PLENÁRIO DEPUTADO "NAGIB HAICKEL" DO PALÁCIO "MANOEL BEQUIMÃO", em 03 de fevereiro de 2010. Deputado MARCELO TAVARES SILVA - Presidente.

### RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 101/2010

*Classifica as gratificações Técnico Legislativas concedidas aos servidores ocupantes de cargos em comissão e dá outras providências.*

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os níveis estabelecidos para concessão de gratificação Técnico Legislativa, implantados através da Resolução Administrativa N.º 1616/2009, aos servidores ocupantes de cargo em comissão,

RESOLVE:

**Art. 1º** - classificar de acordo com a tabela em anexo, todos os servidores ocupantes de cargo em comissão.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir de 1º de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Palácio Manoel Bequimão, em 04 de fevereiro de 2010. Dep. MARCELO TAVARES – Presidente. Dep. VALDINAR BARROS – 2º Secretário. Dep. STENIO REZENDE – 3º Secretário. Dep. MARCOS CALDAS – 4º Secretário. Dep. VICTOR MENDES – 3º Vice-Presidente.

### ANEXO

| Matricula | Nome                                  | Nível |
|-----------|---------------------------------------|-------|
| 817619    | Rosane Cristina G Campelo             | -     |
| 1609254   | Manoel Francisco da Costa Junior      | IV    |
| 1609262   | Antonio Luis Leal Cardoso             | IV    |
| 1215169   | Sergio Mariano de A Farah             | IV    |
| 1215151   | Carlos Alberto V Ribeiro              | IV    |
| 1608264   | Wilson Soares Torres                  | V     |
| 1606300   | Alba Catarina Gama Costa              | IX    |
| 1608421   | Vera Cristina Cavalcante de Carvalho  | IX    |
| 1609346   | Elinete Pacheco Pereira               | X     |
| 1609353   | Leila Maria Almeida Martins           | X     |
| 1609361   | Vania Firmina Seguins de Jesus Frazão | X     |
| 1607340   | Raimunda Ribamar Cabral Soares        | XI    |
| 1607472   | Job Gama Medeiros                     | XI    |
| 1398866   | Maria Regina Hadad Bordalo            | XV    |
| 1609247   | Giana Emanuela Carneiro Leda          | XVII  |
| 1609270   | Claudia Maria Xavier Sousa Miranda    | XVII  |
| 1609304   | Rosirene Santos de Oliveira           | XVII  |
| 1609338   | Julimar de Sousa Moraes               | XVII  |
| 1401157   | Jose Marçal da Conceicao              | XVII  |
| 1408319   | Luzilene da Silva Carneiro            | XVII  |
| 1400555   | Fernanda Silva da Costa               | XVII  |

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PARECER N.º 341/2009

#### RELATÓRIO:

Trata-se de ofício dirigido ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão em que a Desembargadora Raimunda Santos Bezerra indaga acerca da existência ou não de autorização deste Parlamento para o prosseguimento da Queixa Crime n.º 460/2000, que tem como um dos querelados o Sr. Manoel Nunes Ribeiro Filho, atualmente no exercício do mandato de Deputado Estadual.

Para uma análise do problema, necessário faz-se refletir sobre a Emenda n.º 35 à Constituição Federal, de repetição obrigatória nos Estados Membros. Com efeito, o Constituinte de 1988 contemplou no parágrafo 1º do artigo 53 de nossa Constituição: "Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa".

Dessa maneira, para que um processo criminal pudesse tramitar contra um Deputado ou um Senador, bem como para que um deles fosse preso, era necessária uma prévia autorização da sua respectiva Casa. A única exceção prevista no texto original da nossa Constituição para a prisão de um membro do legislativo era a em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos eram remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Casa respectiva para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, fosse deliberado sobre a prisão e autorizada, ou não, a formação de culpa.

Segundo Alexandre de Moraes (2001, p. 403), o objetivo dessa imunidade era garantir aos parlamentares que eles não seriam "afastados, importunados ou mesmo subtraídos de suas funções por processos judiciais arbitrários ou vexatórios, emanados seja de um adversário político, seja de um governo desejoso de desembaraçar-se de um opositor perigoso, devendo as imunidades formais protegê-los contra os processos judiciais, mal fundados, ou intempestivos, que somente seriam inspirados por sentimentos de perseguição política (...)"

Como exposto, para processar criminalmente um Deputado ou Senador era necessária uma prévia autorização de sua Casa, que deliberava sobre o assunto e deferia ou não a licença.

Mas a Emenda n.º 35 à Constituição Federal alterou substancialmente o instituto da imunidade formal. O novo texto



constitucional passou a contemplar a imunidade formal nos parágrafos 3º, 4º e 5º do artigo 53, que estabelecem:

(...)

§3º Recebida a denúncia contra Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

§4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

§5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

(...)

Percebe-se que a principal alteração está relacionada com a extinção da necessidade de licença da Casa do parlamentar para que tenha início um processo criminal contra o mesmo ou para que o processo tramite normalmente, na hipótese da denúncia ter sido oferecida após a diplomação ou antes desta, respectivamente.

Com a mudança, a imunidade formal deixou de contemplar os crimes praticados antes da diplomação. Quanto a esses, o Poder Legislativo não exerce mais nenhum tipo de controle ou influência, seja autorizando a instauração do processo criminal, a sua tramitação ou, ainda, determinando a suspensão do feito e, por conseguinte, da prescrição.

Em suma, o controle legislativo deixou de ser prévio, passando a ser posterior: não existe mais a possibilidade de licença prévia.

No sistema instituído pela Emenda Constitucional n.º 35, oferecida a denúncia, o processo contra parlamentares tramita normalmente, podendo a casa a que pertence o denunciado deliberar sobre a sua sustação.

Desta feita, os Deputados podem ser livremente processados, sem licença de sua Casa, extinta a antiga exigência de autorização. Nessa hipótese, recebida a denúncia por crime praticado após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal (em nosso caso, o Tribunal de Justiça) deverá dar ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros poderá sustar o andamento da ação penal.

No presente caso, contudo, por se tratar de fato ocorrido antes da Emenda n.º 35, outro problema se impõe. Aplica-se o novo texto constitucional aos processos e inquéritos nos quais a licença havia sido negada ou não deliberada?

A controvérsia foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal em 18/02/2002, ao apreciar a Questão de Ordem argüida no Inquérito n.º 1.566 - Acre. O Tribunal, nessa ocasião, firmou o seguinte entendimento:

Imunidade parlamentar: abolição da licença prévia pela EC 35/01: aplicabilidade imediata e conseqüente retomada do curso da prescrição. 1. A licença prévia da sua Casa para a instauração ou a seqüência de processo penal contra os membros do Congresso Nacional, como exigida pelo texto originário do art. 53, § 1º, da Constituição configurava condição de procedibilidade, instituto de natureza processual, a qual, enquanto não implementada, representava empecilho ao exercício da jurisdição sobre o fato e acarretava, por conseguinte, a suspensão do curso da prescrição, conforme o primitivo art. 53, § 2º, da Lei Fundamental. 2. Da natureza meramente processual do instituto, resulta que a abolição pela EC 35/01 de tal condicionamento da instauração ou do curso do processo é de aplicabilidade imediata, independentemente da indagação sobre a eficácia temporal das emendas à Constituição: em conseqüência, desde a publicação da EC 35/01, tornou-se prejudicado o pedido de

licença pendente de apreciação pela Câmara competente ou sem efeito a sua denegação, se já deliberada, devendo prosseguir o feito do ponto em que paralisado. 3. Da remoção do empecilho à instauração ou à seqüência do processo contra o membro do Congresso nacional, decorre retomar o seu curso, desde a publicação da EC 35/01, a prescrição anteriormente suspensa. (DJ 22/03/2002)

Ou seja, com base nesse precedente, os processos que estavam com a tramitação suspensa por força do indeferimento da licença pela Casa do Parlamentar ou pela ausência de deliberação tiveram seu curso retomado. É o presente caso.

#### **VOTO DO RELATOR**

Assim sendo, este Parlamento deve informar ao Tribunal de Justiça que não tomou qualquer medida em relação à autorização (licença) para o prosseguimento da ação penal, pois juridicamente não pode fazê-lo. Todavia, até o fim do processo esta Assembléia pode deliberar no sentido de sustar a ação penal, como prevê o atual texto constitucional.

É o Voto.

#### **PARECER DA COMISSÃO:**

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final votam nos termos do voto do relator.

É o parecer

SALADAS COMISSÕES “DEPUTADO LÉO FRANKLIM”, em 17 de dezembro de .

DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Presidente  
DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Relator  
DEPUTADO JOAQUIM NAGIB HAICKEL  
DEPUTADO PAVÃO FILHO

### **ESTADO DO MARANHÃO GABINETE DO GOVERNADOR**

#### **OFÍCIO N.º 022/2010-GG**

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado MARCELO TAVARES  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
Palácio Manoel Bequimão.  
NESTA

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 9º, §4º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, solicito providências de Vossa Excelência no sentido de disponibilizar data para a realização de Audiência Pública em Comissão, referida no §1º, do art. 166 da Constituição Federal, objetivando a demonstração e a avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao 3º Quadrimestre de 2009, por parte do Poder Executivo.

Atenciosamente,

JOÃO ALBERTO DE SOUZA  
Governador do Estado do Maranhão, em exercício.

#### **Ofício n.º 49/2010 GDCAM**

São Luís-MA, 04 de Fevereiro de 2010

Ao excelentíssimo Senhor  
MARCELO TAVARES



Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão

**LOCAL**

Assunto: **Composição de Comissões Permanentes**

Senhor Presidente,

Em obediência ao que dispõe o Art. 25, parágrafo 2º, combinado com Art. 26 do Regimento Interno desta CASA, indico para composição das Comissões Permanentes deste Poder os senhores deputados, conforme segue.

**Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final**

| TITULARES                    | SUPLENTES              |
|------------------------------|------------------------|
| Dep. CARLOS ALBERTO MILHOMEM | Dep. FRANCISCO GOMES   |
| Deputado JURA FILHO          | Deputado CARLOS BRAIDE |
| Deputado JOAQUIM HAICKEL     | Dep. PENALDO JORGE     |

**Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização**

| TITULARES                | SUPLENTES                    |
|--------------------------|------------------------------|
| Deputado JURA FILHO      | Dep. CARLOS ALBERTO MILHOMEM |
| Deputado JOAQUIM HAICKEL | Dep. NONATO ARAGÃO           |
| Deputado CARLOS BRAIDE   | Dep. FRANCISCO GOMES         |

**Comissão de Política Agrária, Produção e Desenvolvimento Sustentável**

| TITULARES                | SUPLENTES              |
|--------------------------|------------------------|
| Deputado JOÃO BATISTA    | Deputado JOSÉ LIMA     |
| Deputado FRANCISCO GOMES | Deputado CARLOS FILHO  |
| Deputado PAULO NETO      | Deputado CARLOS BRAIDE |

**Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto**

| TITULARES                | SUPLENTES            |
|--------------------------|----------------------|
| Deputado ALBERTO FRANCO  | Dep. JOAQUIM HAICKEL |
| Deputado JURA FILHO      | Dep. ARNALDO MELO    |
| Deputado ANTONIO BACELAR | Deputado JOSÉ LIMA   |

**Comissão de Relação do Trabalho e Administração Pública**

| TITULARES                    | SUPLENTES             |
|------------------------------|-----------------------|
| Dep. CARLOS ALBERTO MILHOMEM | Dep. PAULO NETO       |
| Deputado ANTONIO BACELAR     | Dep. NONATO ARAGÃO    |
| Deputado ARNALDO MELO        | Deputado CARLOS FILHO |

**Comissão de Saúde**

| TITULARES                | SUPLENTES                    |
|--------------------------|------------------------------|
| Deputado ARNALDO MELO    | Dep. AFONSO MANOEL           |
| Dep. MÁRCIA MARINHO      | Dep. CARLOS ALBERTO MILHOMEM |
| Deputado JOAQUIM HAICKEL | Deputado CARLOS BRAIDE       |

**Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional**

| TITULARES               | SUPLENTES             |
|-------------------------|-----------------------|
| Deputada FÁTIMA VIEIRA  | Dep. JOAQUIM HAICKEL  |
| Deputado MANOEL RIBEIRO | Deputado JOÃO BATISTA |
| Deputado CARLOS FILHO   | Dep. NONATO ARAGÃO    |

**Comissão de Defesa do Consumidor**

| TITULARES                | SUPLENTES             |
|--------------------------|-----------------------|
| Deputado JOÃO BATISTA    | Dep. ALBERTO FRANCO   |
| Deputado PENALDO JORGE   | Deputado PAULO NETO   |
| Deputado JOAQUIM HAICKEL | Deputado CARLOS FILHO |

**Comissão de Defesa dos Direitos Humanos**

| TITULARES               | SUPLENTES             |
|-------------------------|-----------------------|
| Deputada FÁTIMA VIEIRA  | Dep. VALDEVINO CABRAL |
| Deputado ALBERTO FRANCO | Dep. MÁRCIA MARINHO   |
| Deputado JOÃO BATISTA   | Deputado PAULO NETO   |

**Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação**

| TITULARES                | SUPLENTES                    |
|--------------------------|------------------------------|
| Deputado FRANCISCO GOMES | Dep. CARLOS ALBERTO MILHOMEM |
| Deputado MANOEL RIBEIRO  | Deputado FÁBIO BRAGA         |
| Deputado ANTONIO BACELAR | Deputado JURA FILHO          |

**Comissão de Meio Ambiente, Minas e Energia**

| TITULARES                | SUPLENTES              |
|--------------------------|------------------------|
| Deputado NONATO ARAGÃO   | Deputado CARLOS BRAIDE |
| Deputado ANTONIO BACELAR | Deputado JURA FILHO    |
| Deputado PENALDO JORGE   | Dep. AFONSO MANOEL     |

**Comissão de Ética**

| TITULARES                        | SUPLENTES             |
|----------------------------------|-----------------------|
| Deputado CARLOS ALBERTO MILHOMEM | Dep. AFONSO MANOEL    |
| Deputado ARNALDO MELO            | Deputado JOÃO BATISTA |
| Deputado CARLOS BRAIDE           | Dep. FRANCISCO GOMES  |

**Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo**

| TITULARES              | SUPLENTES              |
|------------------------|------------------------|
| Deputado AFONSO MANOEL | Dep. ARNALDO MELO      |
| Deputado JOSÉ LIMA     | Deputada JANICE BRAIDE |
| Deputado PENALDO JORGE | Dep. ALBERTO FRANCO    |

**Comissão de Legislação Participativa**

| TITULARES                 | SUPLENTES              |
|---------------------------|------------------------|
| Deputado AFONSO MANOEL    | Deputado PAULO NETO    |
| Deputado FÁBIO BRAGA      | Dep. ANTONIO BACELAR   |
| Deputado VALDEVINO CABRAL | Deputada JANICE BRAIDE |

**Comissão de Previdência, Assistência Social e da Família**

| TITULARES                 | SUPLENTES            |
|---------------------------|----------------------|
| Deputada MÁRCIA MARINHO   | Dep. MANOEL RIBEIRO  |
| Deputado VALDEVINO CABRAL | Dep. JOAQUIM HAICKEL |
| Deputada JANICE BRAIDE    | Dep. ALBERTO FRANCO  |

**Comissão de Segurança Pública e Cidadania**

| TITULARES                | SUPLENTES              |
|--------------------------|------------------------|
| Deputado PENALDO JORGE   | Dep. ARNALDO MELO      |
| Deputado FRANCISCO GOMES | Deputada FÁTIMA VIEIRA |
| Deputado JOSÉ LIMA       | Deputado JOÃO BATISTA  |

**Comissão da Infância, Juventude e Idoso**

| TITULARES               | SUPLENTES                    |
|-------------------------|------------------------------|
| Deputado CARLOS FILHO   | Dep. MANOEL RIBEIRO          |
| Deputada MÁRCIA MARINHO | Dep. CARLOS ALBERTO MILHOMEM |
| Deputado FÁBIO BRAGA    | Dep. VALDEVINO CABRAL        |

**Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

| TITULARES              | SUPLENTES            |
|------------------------|----------------------|
| Deputada FÁTIMA VIEIRA | Dep. MANOEL RIBEIRO  |
| Deputada JANICE BRAIDE | Dep. NONATO ARAGÃO   |
| Deputado PAULO NETO    | Deputado FÁBIO BRAGA |

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO MILHOMEM DE SOUSA  
Líder do Bloco Democrático - LBD



Ministério da Educação  
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
Presidência

Comunicado NºAL000744/2009

Brasília, 20 de Janeiro de 2010

Ilm<sup>o(s)</sup> Senhora(s),

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO

De acordo com a legislação vigente, informamos a(s) liberação(ões) de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

| Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  |            |            |         |
|--|------------|------------|---------|
| Número Convênio: 826040 / 2008   |            |            |         |
| Objeto Convênio:<br>ESTE CONVÊNIO TEM POR OBJETO CONCEDER APOIO FINANCEIRO COM A FINALIDADE DE VIABILIZAR A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. |            |            |         |
| Número OB:   | Data       | Valor      | Parcela |
| 200908655745   | 22/09/2009 | 259.371,09 | 001     |

Atenciosamente,

Daniel Silva Balaban  
Presidente do FNDE

Ministério da Educação  
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
Presidência

Comunicado NºAL000745/2009

Brasília, 20 de Janeiro de 2010

Ilm<sup>o(s)</sup> Senhora(s),

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO

De acordo com a legislação vigente, informamos a(s) liberação(ões) de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

| Entidade: GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO |          |         |                |              |
|---|----------|---------|----------------|--------------|
| Programa                                | Convênio | Parcela | Ordem Bancária |              |
|   |          |         | Data Emissão   | Valor em R\$ |
| TD - PROJÓVEM - URBANO                  |          | 002     | 20/08/2009     | 862.920,00   |
| TD - PROJÓVEM - URBANO                  |          | 002     | 21/09/2009     | 810.000,00   |
| TD - PROJÓVEM - URBANO                  |          | 002     | 20/08/2009     | 215.730,00   |
| TD - PROJÓVEM - URBANO                  |          | 002     | 20/08/2009     | 862.920,00   |
| TD - PROJÓVEM - URBANO                  |          | 002     | 21/09/2009     | 161.797,50   |
| TD - PROJÓVEM - URBANO                  |          | 002     | 20/08/2009     | 215.730,00   |

Atenciosamente,

Daniel Silva Balaban  
Presidente do FNDE



ESTADO DO MARANHÃO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO  
**DIÁRIO DA ASSEMBLEIA**  
**PODER LEGISLATIVO**

EDITADO PELA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.  
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Sítio Rangedor - Cohafuma  
Fone (98) 31314306 CEP.: 65071-750 - São Luís - MA  
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: diario@al.ma.gov.br

**MARCELO TAVARES**  
Presidente

**JOSÉ DE JESUS AZZOLINI**  
Diretor Geral

**BRAÚLIO MARTINS**  
Secretário Geral da Mesa

**JORGE DA SILVA VIEIRA**  
Diretor de Comunicação

**CRISTIANO CACIQUE DE NEW YORK**  
Seção de Diário Legislativo

**RAIMUNDO JOÃO RIBEIRO**  
Seção de Suporte de Plenário